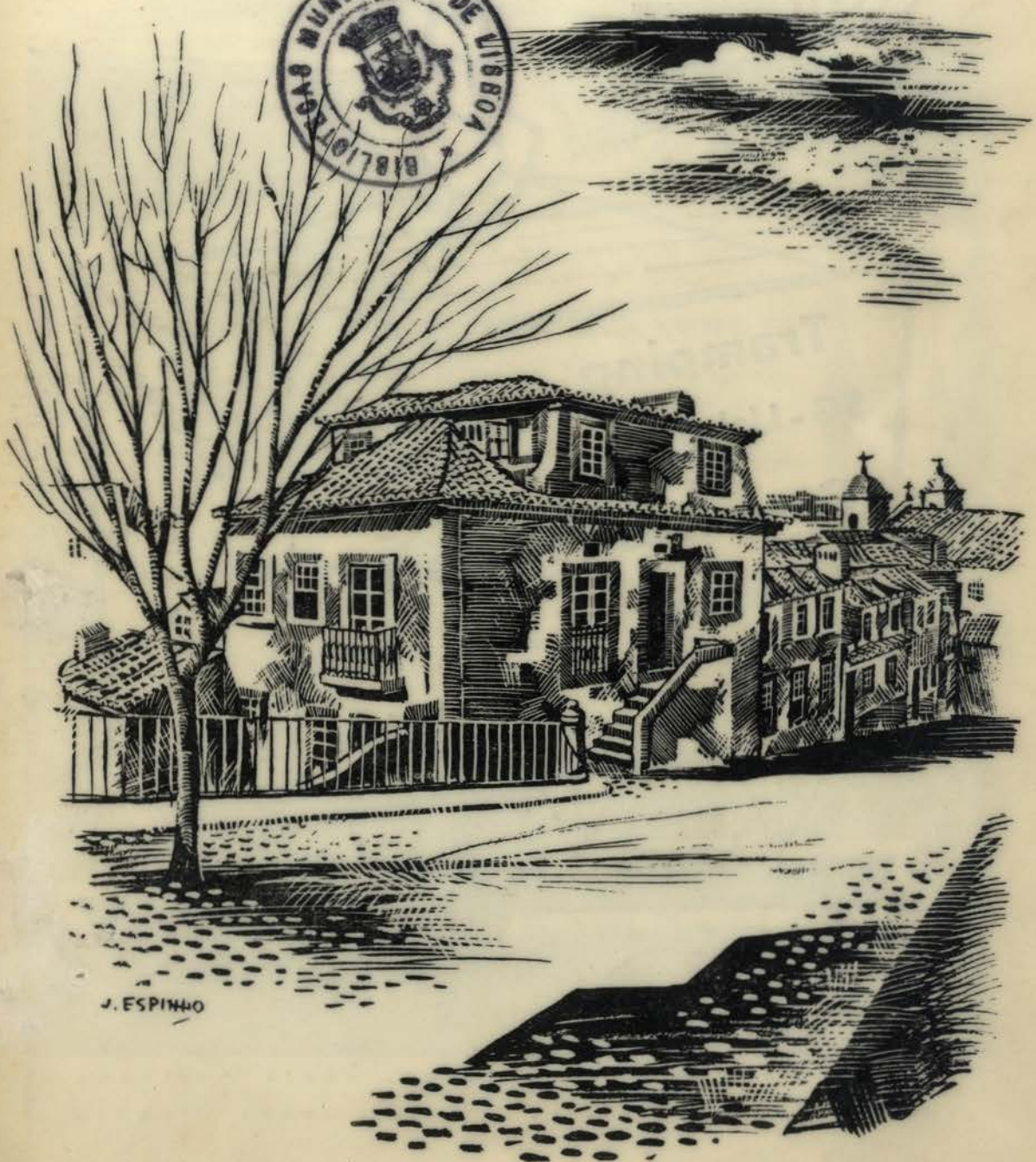
OLISIPO

Boletim Trimestral do Grupo

Amigos de Lisboa

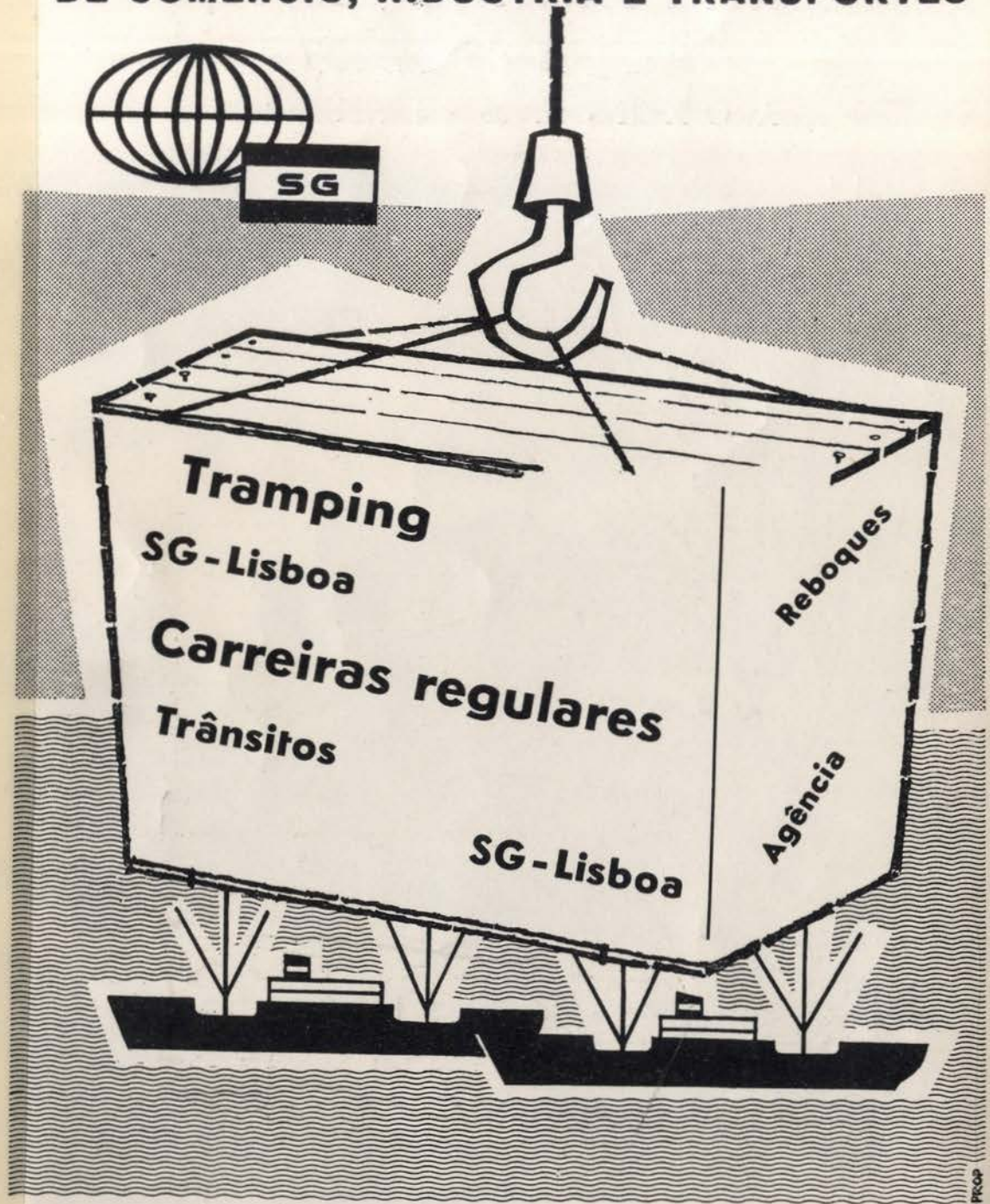
ANO XXI — N.º 85 • JANEIRO 1959

BIBLIOTECAS MUNICIPAIS DE LISBOA



SOCIEDADE GERAL

DE COMÉRCIO, INDUSTRIA E TRANSPORTES



RUA DO COMÉRCIO, 39 • TELEF. 26314 • LISBOA

RUA SÁ DA BANDEIRA, 82 • TELEF. 27363 • PORTO

MORATO-PROP

SEGURO POPULAR DE VIDA

O semeador

PORQUE SEMEIA COLHE

O SEGURO POPULAR DE VIDA

É SEMENTE QUE FRUTIFICA

50$00

POR MÊS
É O CUSTO DE UM

SEGURO POPULAR DE VIDA

QUE A

COMPANHIA DE SEGUROS
IMPÉRIO

OFERECE
EM EXCLUSIVO
ÀS
ECONOMIAS MAIS MODESTAS

COMPANHIA
DE SEGUROS

R. GARRETT, 56 LISBOA

IMPÉRIO

PAINÉIS DE AZULEJOS *com Imagens e Cenas Religiosas*

LOUÇAS DECORATIVAS, SANITÁRIAS E DOMÉSTICAS — AZULEJOS PARA TODAS AS APLICAÇÕES

Agentes:

LISBOA
R. Rodrigo da Fonseca, 70, r/c., E. – Tel. 54872
PORTO
Galeria de Paris, 96, 1.º – Tel. 27012

FÁBRICAS ALELUIA
AVEIRO
Telefones 22, 806 e 807

Grémio dos Armadores de Navios de Pesca do Bacalhau

ORGANISMO CORPORATIVO

Criado pelo decreto-lei número 26 106, de 23 de Novembro de 1935,

ao qual compete fomentar a Indústria da Pesca do Bacalhau

Completamente Remodelada

Reabriu de novo para bem servir a sua numerosa clientela,
com um sortido completo de

Pincéis, telas e tintas de óleo para aguarela, desenho e guaches das marcas LEFRANC, WINDSOR, PELIKAN, SCHMINCKE, etc.

a Papelaria Camões de AUGUSTO RODRIGUES & BRITO, LDA.
42, Praça Luís de Camões, 43 — Telef. 2 30 63 — LISBOA

B. DIAS & DIAS, LDA.

OFICINA DE TORNEIRO DE METAIS

INSTALAÇÕES PARA ÁGUA E GÁS

Retretes de luxo nacionais e estrangeiras. Autoclismos de vários sistemas. Lavatórios e banheiras de esmalte e zinco, esquentadores a gasolina e gás. Candeeiros para gás e electricidade, camisas e chaminés de todas as qualidades. Lava louças e todos os artigos referentes a folha branca. Colocação de bombas e consertos.

Fazem-se todos os trabalhos pertencentes à sua indústria

Rua Nova da Trindade, 11-F Telef. 22648 • LISBOA

Angelo G. Ramalheira

ENGENHEIRO CIVIL

Construções
Projectos de Estabilidade
Betão Armado

Avenida Sidónio Pais, 14, r/c.-E. – Tel. 49313
LISBOA

Praça D. Filipa de Lencastre, 22, 6.º – Tel. 26251
PORTO

OFICINAS
GRAFICAS

Ramos, Afonso & Moita

LIMITADA

Composição manual e mecânica. Impressão rápida. Encadernação
Livros, Revistas, Magazines, Impressos comerciais e burocráticos
Livraria. Papelaria

R. Voz do Operário, 8 a 16 **LISBOA** **S. Vicente de Fora**

VISTA ALEGRE

Há 135 anos
que mantem alto o prestigio da
Porcelana de Portugal

Gran-Prix na Exposição Internacional de Bruxelas – 1958

•

LARGO DO CHIADO, 18 — *RUA IVENS, 19* — LISBOA

Os Aspiradores e Enceradoras
para satisfazerem inteiramente
têm que ser da marca

ELECTROLUX

MODELOS
para lares
grandes e
pequenos

ELECTROLUX, LDA.

Rua Pascoal de Melo, 7
Rua Primeiro de Dezembro, 120-B
LISBOA

Telefones
56115
28246

OURIVESARIA DA GUIA

Fundada em 1875

•

Joias
Pratas Modernas e Antigas
Ouro - Relógios

Na sua nova Sede: Rua Dom Duarte, 4-B - Tel. 863936 - LISBOA
(Edificio do Hotel Mundial)

Oferta
27. JUL. 1988

OLISIPO

BOLETIM TRIMESTRAL

ANO XXII — JANEIRO DE 1959 — NÚMERO 85

Director: MATOS SEQUEIRA

EDIÇÃO E PROPRIEDADE DO GRUPO "AMIGOS DE LISBOA"

Redacção e Administração: Largo Trindade Coelho, 9, 1.º – Tel. 2 57 11

Comp. e imp. de Ramos, Afonso & Moita, Lda. - S. Vicente de Fora - R. Voz do Operário, 8 a 16

Direcção gráfica de Luís Moita

BIBLIOTECAS MUNICIPAIS DE LISBOA

SUMÁRIO

O TESOURO DE GUERRA NO CASTELO DE S. JORGE
por *Mário Costa* 3

A TORRE DE BELÉM
por *Alfredo Ferreira do Nascimento* 11

ELOGIO DE ALFAMA
por *Ferreira de Andrade* 27

A GUARDA REAL DA POLÍCIA DE LISBOA
por *Carlos Alberto Lopes Teixeira* 39

A QUINTA-FEIRA DE HÁ 94 ANOS – Quando nasceu o "Diário de Notícias" 45

FEIRA DA LADRA 51

ACTIVIDADE CULTURAL no trimestre passado 53

ACÇÃO CULTURAL durante o Ano de 1958 55

LIVROS, edição do Grupo e dos Sócios 59

CAPA: Calçada do Marquês de Tancos – Desenho de *J. Espinho*

Distribuição gratuita a todos os sócios

Os artigos aqui publicados são de exclusiva responsabilidade dos seus autores

O TESOURO DE GUERRA
NO
CASTELO DE S. JORGE

por MÁRIO COSTA

ASSIM como hoje os Bancos emissores de todo o mundo guardam ciosamente em suas casas-fortes ou têm em depósito nas caves de outros bancos no estrangeiro, da maior reputação internacional, o seu valioso encaixe-oiro, que serve de garantia às notas em circulação, também em tempos muito recuados, na Idade Média, as nações constituíam o chamado *Tesouro de Guerra.*

Esta afirmação aparece confirmada pelo economista Paul Leroy-Beaulieu, quando diz:

«Autrefois tous les souverains prévoyants et guerriers avaient soin d'accumuler un trésor.» (1).

Entre nós também se seguiu igual prática, por vontade e poder do rei, constituindo-se uma previdente reserva «para defender seu reino e fazer guerra quando lhe cumprisse, sem aggravo e damno de seu povo.» (2)

O nosso *Tesouro de Guerra* encerrava-se no Castelo de S. Jorge, numa das suas dez torres ou cubelos. *Torre do Tesouro* lhe chamou Rui de Pina (3), e *Torre Albarrã* e *Torre do Haver* a designou Fernão Lopes (4).

(1) *Traité de la science des finances,* tomo II, pág. 202.
(2) *Crónica de D. Pedro I,* de Fernão Lopes, cap. XII.
(3) *Crónica de D. Dinis,* cap. XXXI.
(4) *Crónica de D. Pedro I,* cap. XII – *Crónica de D. Fernando,* cap. XLIX.

Na opinião do erudito Vieira da Silva, a torre que a tal se destinava era a maior de todas, conhecida por *Torre de Ulisses,* «que fica junto da porta principal», também utilizada para «depósito ou cofre dos produtos dos impostos e das rendas reais» (5), e por isso chamada «casa-forte das receitas do Estado» (6).

À citada *Crónica* de Rui de Pina se reportou Júlio de Castilho, informando que a *Torre do Tesouro,* com o nome de *Torre do Tombo,* serviu igualmente para guarda e depósito das escrituras, documentos e livros desde os primeiros tempos da monarquia, vindo a chamar-se-lhe Real Arquivo da Torre do Tombo (7).

O grande olisipógrafo Vieira da Silva não teve dúvidas em aceitar aquela versão, emitindo, porém, o parecer de que o Arquivo se alargaria até à torre mais próxima, mantendo-se lá até que o terramoto de 1755 provocou o seu completo desmoronamento (8). Ao seu guarda-mor, o Engenheiro Manuel da Maia, se deve a recuperação de quase todo o recheio do Arquivo que, por aviso de 19 de Agosto de 1757, foi transferido para o Mosteiro de S. Bento, aproveitando-se para o efeito as casas chamadas dos Bispos, pelas quais se pagava a renda anual de 480$000 réis (9).

Fernão Lopes, cronista-mor de D. Duarte e D. Afonso V e primeiro guarda-mor do Real Arquivo, desde 1418 a 1452, pode de algum modo elucidar-nos da forma como engrossavam as reservas-ouro da Coroa.

«E para encaminharem de fazer thesouro, tinham todos esta maneira: em cada um anno eram os reis certificados, pelos védores de sua fazenda, das despezas todas que feitas haviam, assim em embaixadas como em todas as outras coisas, que lhe necessariamente convinham fazer, e diziam-lhe o que além d'isto sobejava de suas rendas e direitos, assim em dinheiros como em quaesquer coisas, e logo era ordenado que se comprasse d'elles certo oiro e prata para se pôr no castello de Lisboa, em uma torre, que para isto fôra feita, que chamavam a torre albarrã.

Esta torre era muito forte, e não foi porém acabada. Estava em cima da porta do castello, e ali punham o mais do thesouro que os reis juntavam em oiro e prata e moedas, e tinham as chaves d'ella um guardião de São Francisco, e outra o prior de São Domingos, e a terceira um beneficiádo da Sé d'essa cidade.

E para juntarem este oiro e prata, tinham este modo: em todas as cidades e villas do reino que para isto eram azadas, tinham os reis seus cambadores, que com-

---

(5) *O Castelo de S. Jorge em Lisboa,* págs. 40-42.
(6) *Restauro do Castelo de S. Jorge* (Revista Municipal, n.º 3).
(7) *Lisboa Antiga,* vol. IV, págs. 116 e segs., 144 e segs.
(8) *O Castelo de S. Jorge em Lisboa,* págs. 68-69.
(9) *Lisboa Antiga,* vol. IV, pág. 159.

pravam prata e oiro áquelles que o vender queriam, o qual não havia de comprar outrem senão elles, e acabado o anno, trazia cada um quanto comprára áquelles lugares onde havia de ser posto em thesouro: e haviam estes cambadores certa cousa de cada peça de oiro que, compravam, e o que sobejava em moeda punham-no isso mesmo em depósito.

Outra torre havia no castello de Santarem, em que outrosim estava mui gran thesouro de moeda e d'outras cousas, em tamanha quantidade, que ante a pontavam fortemente por não cair com o muito haver que n'ella punham.

E d'esta guisa estava no Porto, e em Coimbra, e n'outros lugares.

E posto alli, em cada um anno aquele oiro, e prata, e moedas que assim ficavam, e que os reis mandavam comprar, quando o rei vinha a morrer, e prégavam d'elle e dos bens que fizera, dizendo como o reinara tantos annos e mantivera em direito e justiça, contavam-lhe mais por grande bondade, e louvando-o muito, diziam: este rei, em tantos annos que reinou, poz nas torres do thesouro tanto oiro, e prata, e moedas. E quanto cada um rei n'ellas punha, tanto lh'o contavam por muito mór bondade.

El-rei Dom Pedro, como reinou, pareceu a alguns que não tinha sentido de ordenar que acrescentassem o thesouro, que os antigos com grande cuidado começaram de guardar. E vendo isto um seu privado, que chamavam João Esteves, houve-o por grande mal, e propoz de lh'o dizer, e fallando el-rei com elle uma vez, em coisas de sabor, disse elle a el-rei em esta guisa: — Senhor, a mim parece, se vossa mercê fosse, que seria bem de proverdes vossa fazenda, a vêr o que se dispender póde, e, do que sobejar, encaminhardes como accrescenteis alguma cousa nos thesouros que vos ficaram de vosso padre e de vossos avós, para fazerdes o que os outros reis fizeram,e para terdes que dispender mais abundosamente se vos alguma necessidade viesse á mão, cá muito mais com vossa honra dispendereis vós acrescentando no thesouro que tendes, que gastar o que os outros reis deixaram, sem pôr n'elle coisa nenhuma.

A esta e outras razões respondeu el-rei que dizia bem, e que lhe puzesse em escripto quanto era o que renderiam seus direitos, e a despesa que se d'elle fazia. A poucos dias trouxe o privado, em escripto, tudo aquillo que lhe el-rei dissera, e visto por ambos apartadamente, acharam que tiradas as despezas que os reis em costume tinham de fazer, que sómente no seu thesouro de Lisboa cada anno pôr na torre do castello até quinze mil dobras.

E ordenou logo, como se puzesse cada anno, em oiro, e prata, e moedas, tudo o que sobejasse de suas rendas, nos lugares acostumados onde os reis punham seu haver; porém que dizia el-rei que não fazia pouco quem guardava o thesouro que lhe ficava de outrem e se mantinha nos direitos que havia de seu reino, sem fazendo aggravo ao povo, nem lhe tomando do seu nenhuma coisa.» ([10]).

Lord Clarendon, nas suas *Memórias,* e a-propósito das conversações havidas com o embaixador de Portugal, com motivo no próximo casamento da infanta D. Catarina com Carlos II de Inglaterra, e quando o nosso país

([10]) *Crónica de D. Pedro I*, cap. XII.

mitiu à nossa toponímia as vulgares designações de *Arco do Tesouro* e *Rua do Tesouro* ou *Rua do Tesouro Velho,* que hoje é Rua António Maria Cardoso ([21]), tendo o último daqueles nomes, que já não vimos escrito no cunhal da nova rua, chegado muitas vezes aos nossos ouvidos, proferido por quem vivera no seu tempo.

★

Esse inestimável *Tesouro* de índole artística, que pelos tempos fora se foi tornando mais valioso e crescendo no número das espécies, assim como o que tem engrandecido o recheio das igrejas e conventos, sofreu de quando em vez alguns desbastes, filhos da transferência da Corte de Lisboa para o Brasil, fruto da cobiça dos invasores, resultado das guerras da independência e das chamadas campanhas da liberdade. Porém, os desvelos dos últimos tempos, têm feito engrandecer o que foi legado pelos monarcas reinantes, tornando-se cada vez mais rico o património da Nação. Guarda-se agora numa sólida casa-forte, mandada construir no Palácio Nacional da Ajuda, cerca do ano de 1951, e inaugurada em 12 de Maio de 1954, com a presença do Chefe do Estado.

Lá se encontram as jóias da Coroa, famosas peças de joalharia, como a coroa real, ceptros, espadins, o tosão de oiro que foi de D. João VI, a grã-cruz das três Ordens Militares Portuguesas, grandes pepitas de oiro, pedras preciosas, moedas, medalhas, etc.; uma parte das chamadas jóias de D. Miguel, que durante longos anos estiveram depositadas nas casas-fortes do Banco de Lisboa e do Banco de Portugal e que o Estado adquiriu aos herdeiros do príncipe proscrito, e as pratas valiosíssimas e muito raras, datando algumas do século XVI, que já se encontravam naquele Paço, mas insuficientemente resguardadas.

Queremos destacar duas peças de especial interesse histórico: «Vaso de prata dourada com rosas de ouro» e «Vaso de prata cinzelada dourada, com rosas de ouro», oferecidas pelo Papa, respectivamente, às rainhas D. Maria II e D. Amélia de Orléans e Bragança.

De tudo se faz copiosa descrição, com 100 reproduções, algumas das quais coloridas, em catálogo especial, com prefácio assinado pelo Professor Doutor Reinaldo dos Santos, e que a Repartição do Património da Direcção-Geral da Fazenda Pública deu recentemente à publicidade, por

---

([21]) Edital da Câmara Municipal de 6 de Fevereiro de 1890.

desejos do Ministro das Finanças de então, Sr. Dr. Águedo de Oliveira ([22]).

As Baixelas Germain e de Porto Covo, também se guardam na mesma casa-forte, à parte algumas das mais belas peças, que se mantêm em exposição no Museu Nacional de Arte Antiga.

A primeira dessas baixelas, que também esteve na casa-forte do Palácio das Necessidades, onde se guardaram outras preciosidades, é a valiosa colecção que, na versão corrente, se diz ter sido encomendada por D. João V e paga no reinado de D. José. Contudo, o Dr. José da Cunha Saraiva, que se dedicou ao minucioso estudo que já citámos ([23]), demonstra pelos documentos examinados e que reproduz, que a existência desse famoso serviço de mesa se deve única e exclusivamente a el-rei D. José, que foi quem em 1756 o mandou executar em Paris, na Casa Germain, para substituir a baixela do tempo do rei «Magnânimo», proveniente do mesmo fabricante, e que se perdera no Terramoto.

A encomenda não foi satisfeita integralmente por falência do fabricante. Chegou em várias remessas, de 1757 a 1765, e foi entregue no Palácio de Belém, ficando à guarda do capitão António Rodrigues. Aí esteve depositada até ao ano de 1777 e serviu pela primeira vez no jantar de gala da coroação da rainha D. Maria I, em 13 de Maio.

O outro maravilhoso conjunto, também bastante belo e rico, de bronze, cristal e prata, foi adquirido pelo Estado em 1941, quando grande parte dos bens do 3.º conde de Porto Covo estiveram em almoeda.

A Baixela Germain, que afortunadamente escapou a todas as calamidades e vandalismos, como peça de arte, continua a ser motivo do nosso orgulho e a admiração de estranhos.

O banqueiro e arquimilionário barão de Rotschild, que estivera da primeira vez em Portugal em 1910, quando voltou em 1922, ao desembarcar do seu iate, branco e dourado, que era um museu e um palácio flutuante, só uma ideia o dominava: ver, palpar, admirar essa maravilhosa beleza ([24]).

No Paço da Ajuda, acompanhado por Luís Keil, o barão de Rotschild, grande possuidor de obras de arte, ao fixar a atenção sobre tão raro

---

([22]) *Catálogo das Jóias e Pratas da Coroa (Palácio Nacional da Ajuda)*. Lisboa, 1954.

([23]) *A Baixela Germain – Subsídios para a sua história*. Mais bibliografia: *A Baixela Germain*, pelo Dr. José de Figueiredo. *Introdução ao Catálogo da Exposição de Arte francesa, em 1934*, pelo mesmo. *A Baixela Germain na antiga corte portuguesa*, pelo marquês da Foz. *Notas sobre a Baixela Germain da antiga corte portuguesa*, pelo Dr. Luís Xavier da Costa. O Dr. Custódio José Vieira também fez estudos que não chegou a publicar.

([24]) Esteve refugiado em Portugal durante a 2.ª grande guerra.

mitiu à nossa toponímia as vulgares designações de *Arco do Tesouro* e *Rua do Tesouro* ou *Rua do Tesouro Velho,* que hoje é Rua António Maria Cardoso ([21]), tendo o último daqueles nomes, que já não vimos escrito no cunhal da nova rua, chegado muitas vezes aos nossos ouvidos, proferido por quem vivera no seu tempo.

★

Esse inestimável *Tesouro* de índole artística, que pelos tempos fora se foi tornando mais valioso e crescendo no número das espécies, assim como o que tem engrandecido o recheio das igrejas e conventos, sofreu de quando em vez alguns desbastes, filhos da transferência da Corte de Lisboa para o Brasil, fruto da cobiça dos invasores, resultado das guerras da independência e das chamadas campanhas da liberdade. Porém, os desvelos dos últimos tempos, têm feito engrandecer o que foi legado pelos monarcas reinantes, tornando-se cada vez mais rico o património da Nação. Guarda-se agora numa sólida casa-forte, mandada construir no Palácio Nacional da Ajuda, cerca do ano de 1951, e inaugurada em 12 de Maio de 1954, com a presença do Chefe do Estado.

Lá se encontram as jóias da Coroa, famosas peças de joalharia, como a coroa real, ceptros, espadins, o tosão de oiro que foi de D. João VI, a grã-cruz das três Ordens Militares Portuguesas, grandes pepitas de oiro, pedras preciosas, moedas, medalhas, etc.; uma parte das chamadas jóias de D. Miguel, que durante longos anos estiveram depositadas nas casas-fortes do Banco de Lisboa e do Banco de Portugal e que o Estado adquiriu aos herdeiros do príncipe proscrito, e as pratas valiosíssimas e muito raras, datando algumas do século XVI, que já se encontravam naquele Paço, mas insuficientemente resguardadas.

Queremos destacar duas peças de especial interesse histórico: «Vaso de prata dourada com rosas de ouro» e «Vaso de prata cinzelada dourada, com rosas de ouro», oferecidas pelo Papa, respectivamente, às rainhas D. Maria II e D. Amélia de Orléans e Bragança.

De tudo se faz copiosa descrição, com 100 reproduções, algumas das quais coloridas, em catálogo especial, com prefácio assinado pelo Professor Doutor Reinaldo dos Santos, e que a Repartição do Património da Direcção-Geral da Fazenda Pública deu recentemente à publicidade, por

([21]) Edital da Câmara Municipal de 6 de Fevereiro de 1890.

desejos do Ministro das Finanças de então, Sr. Dr. Águedo de Oliveira (22).

As Baixelas Germain e de Porto Covo, também se guardam na mesma casa-forte, à parte algumas das mais belas peças, que se mantêm em exposição no Museu Nacional de Arte Antiga.

A primeira dessas baixelas, que também esteve na casa-forte do Palácio das Necessidades, onde se guardaram outras preciosidades, é a valiosa colecção que, na versão corrente, se diz ter sido encomendada por D. João V e paga no reinado de D. José. Contudo, o Dr. José da Cunha Saraiva, que se dedicou ao minucioso estudo que já citámos (23), demonstra pelos documentos examinados e que reproduz, que a existência desse famoso serviço de mesa se deve única e exclusivamente a el-rei D. José, que foi quem em 1756 o mandou executar em Paris, na Casa Germain, para substituir a baixela do tempo do rei «Magnânimo», proveniente do mesmo fabricante, e que se perdera no Terramoto.

A encomenda não foi satisfeita integralmente por falência do fabricante. Chegou em várias remessas, de 1757 a 1765, e foi entregue no Palácio de Belém, ficando à guarda do capitão António Rodrigues. Aí esteve depositada até ao ano de 1777 e serviu pela primeira vez no jantar de gala da coroação da rainha D. Maria I, em 13 de Maio.

O outro maravilhoso conjunto, também bastante belo e rico, de bronze, cristal e prata, foi adquirido pelo Estado em 1941, quando grande parte dos bens do 3.º conde de Porto Covo estiveram em almoeda.

A Baixela Germain, que afortunadamente escapou a todas as calamidades e vandalismos, como peça de arte, continua a ser motivo do nosso orgulho e a admiração de estranhos.

O banqueiro e arquimilionário barão de Rotschild, que estivera da primeira vez em Portugal em 1910, quando voltou em 1922, ao desembarcar do seu iate, branco e dourado, que era um museu e um palácio flutuante, só uma ideia o dominava: ver, palpar, admirar essa maravilhosa beleza (24).

No Paço da Ajuda, acompanhado por Luís Keil, o barão de Rotschild, grande possuidor de obras de arte, ao fixar a atenção sobre tão raro

---

(22) *Catálogo das Jóias e Pratas da Coroa (Palácio Nacional da Ajuda).* Lisboa, 1954.

(23) *A Baixela Germain – Subsídios para a sua história.* Mais bibliografia: *A Baixela Germain,* pelo Dr. José de Figueiredo. *Introdução ao Catálogo da Exposição de Arte francesa, em 1934,* pelo mesmo. *A Baixela Germain na antiga corte portuguesa,* pelo marquês da Foz. *Notas sobre a Baixela Germain da antiga corte portuguesa,* pelo Dr. Luís Xavier da Costa. O Dr. Custódio José Vieira também fez estudos que não chegou a publicar.

(24) Esteve refugiado em Portugal durante a 2.ª grande guerra.

conjunto, ficou deslumbrado. Desejaria que o sonho se não desfizesse. E ele, o *mago* dos milhões, que ofereceu uma grande fortuna para possuir essa parcela do nosso património, retirou-se, dizendo: «Bem; a baixela aí fica...» ([25]).

A Custódia de Belém, outra jóia de elevado preço e primorosa de arte, que também esteve no Paço da Ajuda, pode igualmente admirar-se no nosso Museu de Arte Antiga.

Muitas destas maravilhas, valiosa parcela do antigo tesouro real, figuraram na grande exposição da «Ourivesaria Portuguesa», que se realizou em Paris, em 1954, e se repetiu em Lisboa, no ano seguinte, nas salas da Fundação Ricardo Espírito Santo, tudo se devendo à iniciativa do falecido banqueiro Dr. Ricardo Espírito Santo Silva, que teve como executor o Professor Doutor Reinaldo dos Santos.

★

Escreveu Carlos Malheiro Dias, quando D. Carlos e D. Amélia preparavam a sua visita a Inglaterra:

«Esta primeira viagem oficial que empreendem, a convite de um soberano estrangeiro, os actuais reis de Portugal, fará sair das casas-fortes, onde se guardam as alfaias da corôa, essas jóias históricas, que constituem uma das mais fabulosas fortunas da Europa, apezar de já desfalcada pelos extravios da fuga do Brasil e pelas doações do último reinado absoluto. Por várias vezes se tem afirmado que entre essas jóias existe o maior brilhante conhecido, cuja lapidação custaria mais de cem contos de réis, — despesa enorme, se a considerarmos sujeita às eventualidades de uma jaça, que viria diminuir consideravelmente o valor estimativo dessa jóia prodigiosa. Será verdade que esse brilhante existe nos cofres do Banco de Portugal e que nos pertence, na nossa pobreza, a glória de possuir essa pedra surpreendente? Será esse brilhante o mesmo que Junot cobiçava e cujo *fac-simile* em cristal levou para França, segundo o depoimento da duquesa de Abrantes? Parece que não. Esse outro misterioso brilhante, se existiu — e é verosimil que não tivesse sido outro o que D. Miguel vendeu em Brombach ao judeu Filipe Sichel! — estava lapidado, e as vagas, nebulosas referências que têm sido feitas à jóia extraordinária, conservada ainda actualmente na posse da corôa, são concordes em descrever um diamante bruto, um calhau informe, de luzes apagadas, cujo resplendor ainda nenhuns olhos humanos poderam avaliar.» ([26]).

([25]) Dos jornais da época (30 de Março de 1922).
([26]) *Cartas de Lisboa,* vol. 1, pág. 232.

A Torre de Belém

por ALFREDO FERREIRA DO NASCIMENTO

FOI nosso único propósito, ao traçar as linhas que se seguem, o de contribuir para a necessária e indispensável rectificação de uma tese que, em nosso entender e como os factos demonstram, se encontra destituída de fundamento e a qual, talvez por comodismo ou desinteresse, vem sendo aceite como coisa certa até mesmo por departamentos oficiais. Referimo-nos à circunstância de se pretender atribuir a Francisco de Arruda a traça e a construção da Torre de Belém. No entanto, antes de nos determos sobre esta matéria trataremos de dois outros assuntos que com ela, ao que julgamos, estreitamente se relacionam: *como a torre se uniu à margem* e *os chamados quartéis filipinos*.

Como a torre se uniu à margem

É fora de dúvida que a ligação da torre à margem do rio ou, antes, o assoreamento do canal que a separava da praia se processou como consequência da construção da própria torre. Na verdade, e como afirmam os técnicos, a sua implantação na laje rochosa, primitivamente situada a cerca de 250 metros do areal do Restelo, veio a prejudicar, de modo sensível, o regime das marés e correntes do Tejo, do que resultou o assoreamento gradual de uma grande parte da margem norte, devido à alteração do sistema anterior. Tal facto provocou o enfraquecimento da corrente que removia os detritos, os quais pela evolução natural a pouco e pouco se acumularam junto daquela margem.

O fenómeno produzido tem, para os técnicos, uma fácil explicação.

Na enchente, o desnivelamento da onda de maré sobre a boca do rio formava uma outra onda, dita de oscilação, a qual se transmitia livremente por toda a largura da foz, quando ainda não havia sido erguida a torre do Bugio, propagando-se pela bacia compreendida entre Paço de Arcos e a Trafaria. Atingido, porém, o termo daquela e topando com a Torre de Belém, que com as margens do rio havia criado dois canais ou secções de enchente, partia-se em outras tantas correntes. Uma seguia pelo norte, a outra pelo sul. E, por isso, a margem norte, no período da enchente, passou a ser atingida por uma corrente de reduzida intensidade.

Vejamos agora, através de elementos documentais — incluídos os cartográficos e iconográficos — se é possível definir a época em que a Torre de Belém esteve completamente desligada da terra.

A carta mais antiga de que temos conhecimento, reproduzindo a barra e o porto de Lisboa, data de 1560, é da autoria de Fernando Álvaro Seco e intitula-se *Portugalliae que olim Lusitania, Novissima & Exactissima descriptio.* Indica a posição dos bancos de areia da barra do Tejo, a carreira de S. Gião, os cachopos — o do norte e o do sul — e a carreira da Alcáçova e apresenta a Torre de Belém separada da terra.

Devemos sublinhar que, na interpretação desta carta e dos restantes planos hidrográficos ao diante citados, partimos do princípio de que os contornos das margens são desenhados, como, parece, era de uso, representando o limite das preamares.

Está datado de 1588 e foi impresso em Amsterdão um atlas da autoria de Lucas Iansz Waghenaer. O seu 1.º volume, o único que nos foi dado ver, inclui uma série numerosa de planos hidrográficos, primorosamente desenhados, das costas e dos portos marítimos europeus. Tal facto, e ainda o texto que os precede, indica tratar-se de uma obra especialmente destinada a servir de guia para a navegação.

Pelo que se refere a Portugal inclui três cartas. Uma delas, a segunda, abrange a barra do Tejo e a do Sado compreendendo os planos dos portos de Lisboa e de Setúbal. Nesta carta a Torre de Belém aparece situada muito próximo da margem e já ligada a esta pelo poente por um banco de areia.

Este atlas constitui, ao que parece, espécie pouco vulgar.

Frei João Vicêncio Casale, que, entre outros encargos, havia recebido de Filipe II, de Castela, o de transformar a Torre de Belém — ampliando-a para sul, com o fito evidente de cerrar mais o cruzamento de fogos com a fronteira torre de S. Sebastião da Caparica — e de separá-la da margem provendo à sua defesa pelo lado norte, dirigiu em 2 de Dezembro de 1589 uma carta ao rei na qual, e no que respeitava à torre, expunha as suas ideias sobre o assunto.

Não vimos necessidade de referir como aquele religioso projectou modificar a torre, visto que tal aspecto da questão já foi objecto de dois trabalhos do falecido olisipógrafo Vieira da Silva. Quanto à finalidade de obter um completo isolamento da terra não considerava a obra muito fácil, não só por via da pouca distância em que se encontrava aquela como ainda, e sobretudo, pela natureza do fundo do rio, o qual, entre a torre e a praia era, no seu dizer, «duro e fixo» e de «pedra viva» junto à torre. Acrescentava que, muitas vezes, o canal ficava sem água e o «inimigo podia estar nele a pé enxuto». Destas considerações de frei Casale pode inferir-se que, durante as preamares normais, a passagem entre a torre e a margem norte só poderia ser efectuada por embarcações de muito reduzido calado. Conclui-se, portanto, que pelos fins de 1589 se continuava a verificar sintomas fortes de obstrução do canal e a torre já não podia considerar-se como isolada da terra.

A estampa representando os planos hidrográficos dos rios Tejo e Sado e que acompanha a edição de 1642 do *Regimento de pilotos* de António de Mariz Carneiro — cosmógrafo-mor do Reino — apresenta-nos a torre consideràvelmente afastada da terra mas sem que seja possível avaliar a distância, dado que o desenho parece não ter obedecido a qualquer escala. Convém notar que este *Regimento* assenta sobre o *Exame de Pilotos*, publicado em 1614 e da autoria de Manuel de Figueiredo, que também foi cosmógrafo-mor. Assim, a situação da torre indicada na estampa de 1642 deve remontar a uma época anterior a 1614.

O atlas oferecido a Fernando II, grão-duque da Toscana, por Roberto Dudles, insere uma carta da barra e porto de Lisboa gravada por A. F. Lucini e intitulada *Carta particolare del Oceano che comincia con il Capo S. Vicentio e finisce con il Capo Roxo in Portogallo.* Esta carta, datada de 1650, que é manifestamente inspirada na do atlas de Waghenaer a que já nos referimos, mostra um estreito braço de areia unindo a torre à margem pelo lado poente e, pelo nascente, um outro deixando apenas uma pequena passagem livre.

Arrecada a Biblioteca Nacional, na Secção de *Iluminados*, um muito curioso trabalho de Luís Serrão Pimentel — engenheiro e cosmógrafo-mor do Reino e a quem ao diante faremos mais detida referência — intitulado *Prática de Arte de Navegar*. Está datado de 1673 e inclui, entre outros, um desenho aguarelado representando a barra e o porto de Lisboa. Este plano hidrográfico, perspectivado, constitui uma valiosa achega para o assunto de que vimos tratando pois nos mostra uma ponta de areia, vinda da margem, quase obstruindo o canal da torre pelo lado oeste.

Em 3 de Outubro de 1675 o Senado da Câmara de Lisboa dirigiu ao Príncipe Regente D. Pedro uma consulta através da qual o informava de ter tido, no princípio do Verão, notícia de haver o Tejo causado sérios danos nas praias de Belém. Por tal facto estava quase

impraticável a estrada que por ali passava, iam sofrendo estragos os melhores edifícios daqueles sítios e até o Real Mosteiro dos Jerónimos estava ameaçado. Dava conta o Senado de ter resolvido que o vereador do pelouro das obras, D. António Álvares da Cunha, com dois procuradores, o vedor das obras e o seu escrivão, e mais os engenheiros Luís Serrão Pimentel, Simão Mateus e Mateus Couto, averiguassem a origem do sucedido e propusessem o remédio que melhor lhes parecesse.

Dois dos componentes da comissão merecem referência especial. São eles D. António Álvares da Cunha e o engenheiro Luís Serrão Pimentel. O primeiro, fidalgo dos mais considerados da sua época, tomou parte muito activa na aclamação de el-rei D. João IV e serviu depois no exército em operações no Alentejo como capitão-de-cavalos e ainda como governador de Évora. Pessoa muito instruída — foi educado por seu tio o célebre bispo de Lisboa D. Rodrigo da Cunha —, exerceu as funções de guarda-mor da Torre do Tombo e, em grande parte, a ele se ficou devendo a fundação, em 1694, da Academia dos Generosos, que secretariou durante alguns anos e cujas reuniões tinham lugar em sua casa. Deixou uma vasta obra literária. O segundo, notável engenheiro e matemático, foi quem sugeriu a D. João IV a criação, na Ribeira das Naus, de uma aula de fortificação e arquitectura militar tão necessária naqueles tempos em que o País, em face da ameaça castelhana, se via forçado a recorrer a técnicos estrangeiros, sempre caros e, algumas vezes, pouco eficientes e até traidores. Naquela aula, ao depois transferida para o Terreiro do Paço com a designação de Academia Militar, se instruiram muitos engenheiros que vieram a prestar bons serviços. Serrão Pimentel, que foi cosmógrafo-mor, engenheiro-mor do Reino e tenente-general de artilharia, leu lições de matemática na Academia dos Generosos e durante 32 anos leccionou na Escola de Fortificação e Arquitectura Militar, sucessora da Academia a que atrás fizemos referência. Escreveu algumas obras técnicas de muito mérito.

No relatório apresentado concluía aquela comissão por dizer:

«... o rio de Algés, mudando o curso que levava antigamente, ocasionou toda esta ruína, porque, desembocando junto ao mosteiro do Bom Sucesso, acumulou grande quantidade de areia à torre de Belém, naquele lugar por ondé ia a corrente do Tejo, de modo que, passando antigamente entre a torre e a terra uma caravela, hoje se vai da terra à torre a pé enxuto, espraiando-se por este impedimento o rio sobre aquelas areias e fazendo sobre elas vários redemoinhos as levavam, deixando sem alicerce os edifícios e sem terra a estrada.»

O remédio proposto consistia em reintegrar o rio de Algés no seu antigo curso e abrir — ou seja desassorear — o canal entre a torre e a margem norte. Concordou o Príncipe Regente com o que lhe era sugerido e mandou se executasse a obra na forma resultante da vistoria.

Não sabemos se as obras de limpeza do canal da torre chegaram a ser executadas. Temos muitas dúvidas a tal respeito. Em contrapartida sabe-se que, ainda em Abril de 1677, o Tejo atingia, por vezes,

a estrada de Belém, e que por isso o Regente insistia com o Senado no sentido de dar pronto remédio a tal inconveniente. Em Agosto do mesmo ano propôs a Câmara várias soluções tendo sido aceite a de se fazer uma «parede a opor ao mar, desde o pátio da quinta do conde de S. Lourenço até onde havia de voltar a parede para a ponte». Posta a obra em pregão — a concurso como hoje se diz — foi mandada executar em Maio de 1678, tendo o Regente ordenado que a madeira para a estacaria viesse do pinhal de Leiria. Na obra seriam compelidos a trabalhar os povos que pela estrada fizessem caminho para as suas moradias.

Com a data de 1704 foi impressa uma carta denominada *Le Portugal et ses frontières levée sur les lieux par ordre de Philippe IV, Roy d'Espagne*. Foi seu autor Gaspar Baillieu. Mostra separadas das margens as duas torres fronteiras: a Velha e a de Belém. Como anexo traz uma gravura desta última que mostra navios fundeados a norte. Tal gravura constituiria um documento de certo interesse para o estudo da situação da Torre de Belém se merecesse inteiro crédito. Mas parece-nos não ser digna de tal, apesar de ter sido levantada «sur les lieux», pois nela figura, como já dito, a Torre Velha separada da margem sul, o que nos não consta que alguma vez tivesse acontecido.

Gravada por C. Inselin segue-se uma carta de 1707: *Les Ports de Lisbonne, Setuval et de leurs environs*, apontando a Torre de Belém muito distanciada da margem e um fundo de 12 braças logo por poente.

É altura agora de nos referirmos a um documento cartográfico merecedor de todo o crédito e o qual, só por si, concorre em muito para demonstrar de uma forma clara como se processou o assoreamento do canal que corria entre a torre e a margem.

Trata-se da *Planta topográfica da marinha das cidades de Lisboa Ocidental e Oriental, desde o forte de S. José de Ribamar até ao Convento do Grilo, feita no ano de 1727*, cuja autoria, apesar de não estar assinada, se atribui a Manuel da Maia. É desenhada à escala 1:2570 e dela existe, na biblioteca do Grupo «Amigos de Lisboa», uma magnífica cópia de tela.

Segundo esta planta a torre estava, então, situada a uma distância da praia de 125 braças (ou sejam 275 metros).

Mostra-nos mais que na preamar, possìvelmente de marés normais, partia, de junto do convento do Bom Sucesso e na direcção oeste, um braço de areia, o qual afastando-se da margem passava por norte da torre a uma distância de 100 metros. Ultrapassando o eixo norte-sul da torre continuava para oeste, aproximando-se novamente da terra, mas antes lançava para sul uma ponta de razoáveis dimensões envolvendo a fortaleza pela face poente.

As dimensões, a situação e a orientação daquela ponta de areia e até a do próprio braço de onde nascia definem de uma forma evi-

dente como se formou o areal em que veio a assentar, mais tarde, o forte do Bom Sucesso, causa da obstrução definitiva do canal.

O *Atlas Universel*, de M. Robert, publicado em Paris em 1757 mas referido a 1751, menciona a torre separada da terra.

Um outro plano hidrográfico da barra do porto de Lisboa, com referência a 1765 e da autoria de William Burgis, indica a torre afastada da margem e insere duas curiosas gravuras: uma da cidade e outra da fortaleza manuelina.

Os planos militares de 1763 — aos quais não foi estranho, como se sabe, o conde de Lippe — reconhecendo a importância militar da posição ocupada pela Torre de Belém mas verificando, por outro lado, a sua já reduzida eficiência para a defesa do porto, tiveram como resultante iniciar-se em 1780 a construção do forte do Bom Sucesso, cuja traça, complicadíssima por sinal, foi confiada ao general Valleré.

Esta obra acarretou sérios inconvenientes ao regime do canal entre a torre e a margem, não só pela diminuição da sua largura como também pela resistência que opunha, tanto na enchente como na vazante, ao movimento da corrente do rio.

Uma carta da entrada do rio Tejo, levantada em 1806, pelo oficial inglês William Chapman, já nos mostra a torre francamente ligada à margem pela face oeste, assim como Mariano Miguel Franzini, no *Roteiro das Costas de Portugal*, publicado em 1812, mas referente a 1811, nos confirma tal facto.

Entre a Torre de Belém e o forte do Bom Sucesso existia ainda em 1807 — como mostra claramente a conhecida planta de Duarte José Fava — um espaço vazio e extenso de cerca de 80 braças ou sejam 176 metros. Os Franceses, com o fito de se oporem a uma possível tentativa dos Ingleses para forçar a entrada do porto, e reconhecendo que só com as baterias existentes não poderiam defender-se capazmente da esquadra de Sidney-Smith, resolveram construir uma bateria unindo a torre com o Bom Sucesso. A esta bateria chamaram eles «bateria nova de Belém» mas, mais tarde, veio a ser correntemente designada por «bateria do Corredor». A construção foi iniciada em Abril de 1808, mas só se concluiu em 1851. Foi demolida há umas dezenas de anos.

Com aquela construção fechou-se por completo o canal entre a torre e a margem.

Tem ainda, ao que julgamos, certo interesse citar dois curiosos desenhos arrecadados no rico arquivo da Direcção da Arma de Engenharia.

O primeiro é uma planta levantada em 1816 pelo coronel de engenharia Pedro Folque. Tem por título: *Planta do distrito da bateria do Bom Sucesso e sítio de Pedrouços* e nela a Torre de Belém nos aparece ligada à margem apenas por toda a sua face oeste. As restantes assentavam na água e, a norte, emergia uma longa ilhota de areia que as grandes marés não cobriam. Nesta planta figura a bateria do

Corredor com a menção: «bateria projectada com os alicerces cheios até à superfície da terra».

O segundo desenho, com a legenda *Traçado em esboço da praia contígua à Torre de Belém para se conhecer até onde chegam as águas nas grandes marés*, tem a data de 26 de Julho de 1826 e é da autoria do primeiro-tenente do Real Corpo de Engenheiros, Casimiro José Fernandes. Nele aparecem as faces oeste e norte da torre completamente ligadas ao areal. Da última estendia-se para nascente uma estreita ponta de areia — que dez anos antes era a ilhota reproduzida na planta de Folque. E, assim, pela retaguarda da torre formava o rio uma grande reentrância larga de 110 metros e extensa de 143 — restos do antigo canal.

Do estudo dos elementos que deixamos referidos, — nomeadamente o atlas de Waghenaer, a carta de frei Casale, o plano de Dudles e o de Serrão Pimentel e a consulta do Senado da Câmara ao Príncipe Regente —, conjugado com o de aquelas espécies iconográficas que, por menos fantasiosas, nos pareceram mais dignas de crédito resulta poder concluir-se que, após a sua construção, não foram dilatados os anos em que a Torre de Belém esteve completamente ilhada qualquer que fosse a maré. A uma outra conclusão se chega e essa é a de que o assoreamento do canal se foi operando, através dos anos, sempre de forma bem pronunciada de poente para nascente e isto, como já dito, por influência do regime das marés.

Anos andados sobre o desaparecimento do canal houve quem tivesse pensado em restaurá-lo. Uma das comissões nomeadas para estudar e propor um plano geral de melhoramentos do porto de Lisboa — a de 1871 — sugere no relatório impresso em 1874 a abertura de um canal largo de 30 metros, isolando pelo lado do norte a Torre de Belém e o forte do Bom Sucesso com a bateria do Corredor e a dos Morteiros. A cobertura das golas destas fortificações ficaria a cargo de uma bateria, com dois andares de fogos, a construir na margem norte do canal e entre a torre e o começo deste último.

Como se sabe tal projecto não foi avante, mas parece que, dentro em breve, a torre vai voltar a ficar separada da margem. O plano de urbanização da zona circundante inclui a abertura de um pequeno canal em torno das faces nascente, norte e poente, passando o acesso à velha fortificação a fazer-se através de uma ponte de barcas assente, do lado de terra, numa escadaria semicircular.

Os chamados quartéis filipinos

É designada, em alguns escritos, por «quartéis filipinos» uma construção, de linhas arquitectónicas muito simples e de planta rectangular, que emergia da plataforma correspondente à bateria alta da Torre de Belém. A sua cobertura era constituída por um terraço, ocupava uma área aproximada de 126 m^2 e incrustava-se na face sul

da torre pròpriamente dita. Destinava-se a quartel da guarnição, e continha em si os paióis e outras dependências destinadas a armazéns de palamenta e a prisões. O acesso a este anexo fazia-se através de uma passagem que ligava com a sala régia e ainda pelas baterias.

Outros escritores, porém, dizem ter sido tal edifício erguido aquando das invasões francesas, e a sua construção feita em madeira.

Quem tem razão? Os que afirmam que tal casinhota foi obra do tempo do primeiro Filipe ou aqueles que situam o seu levantamento na primeira década do século passado? Por nós respondemos estar convencidos de que nem uns nem outros. Vamos dizer porquê.

É facto averiguado que a torre, de início, não dispunha das necessárias instalações para alojamento da guarnição e ainda para arrecadar os materiais inerentes à sua função defensiva. E porque era indispensável ter à mão uma e outros, tal circunstância deveria ter determinado a construção de aquartelamentos na praia próxima. E porque se impunha também prover à cobertura da gola da torre e à interdição, por flanqueamento, das praias vizinhas, foram aqueles aquartelamentos envolvidos por um sistema fortificado. Esta a origem, em nosso parecer, do decantado baluarte do Restelo, o qual, como adiante veremos, tudo indica ter de facto existido, diga-se o que se disser em contrário.

Como fàcilmente se compreende, aquela situação era em demasia incómoda. Na realidade, encontrarem-se os paióis e as guarnições a mais de duzentos metros das baterias, com a agravante de tal distância ser preenchida com as águas do rio, nem sempre tranquilas, em muito poderia contribuir para afectar de forma assaz sensível a eficiência militar da torre.

Por sua vez o rápido e constante assoreamento do canal mais ainda deveria ter complicado um já tão precário sistema de comunicações. Uma solução adequada se impunha. E essa foi a de transferir para a torre, com carácter permanente, a guarnição e os paióis, depois de nela serem levantadas as acomodações indispensáveis. Quando foi isso levado a efeito?

Frei João Vicêncio Casale, ao dar contas a Filipe II, de Castela, das conclusões a que havia chegado quanto à melhoria do sistema de defesa da torre, fez acompanhar a sua carta, datada de 2 de Dezembro de 1589, dos respectivos projectos de transformação e das plantas de dois dos pavimentos daquela: a da bateria casamatada e a da bateria alta. Tais plantas incluem já o anexo, de que nos vimos ocupando, o qual aquele religioso aponta como servindo então de «almazens» e de «casas dos soldados».

Entre a data do início da usurpação castelhana e a da chegada a Portugal de frei Casale mediaram apenas seis anos. Não temos conhecimento de, nesse período de tempo, se ter procedido a quaisquer trabalhos de vulto com vistas à defesa de Lisboa e que envolvessem a torre manuelina. A forma como se encontram redigidas as directivas que o

Rei, por escrito, dirigiu a Casale parece confirmar tal facto. É de admitir, portanto, que os quartéis já existiam em 1580. Lembremo-nos, agora, de que no reinado de el-rei D. Sebastião se trabalhou, e bastante, na ampliação e reforço dos sistemas defensivos de S. Julião da Barra e de S. Sebastião da Caparica. Não teriam então sido construídos os citados quartéis?

Quanto ao baluarte do Restelo, esse, com a transferência dos aquartelamentos e ainda dado o estado de assoreamento do canal, o que tornava quase desnecessária a sua acção, deu lugar à residência dos governadores da torre.

A asserção de terem as obras de enxerto sido realizadas aquando das invasões francesas carece de fundamento. Prova suficiente de tal são as inúmeras espécies iconográficas anteriores àquela época que já nos mostram a existência de tais quartéis adentro do recinto da torre. Há evidente confusão com quaisquer trabalhos que na realidade hajam sido efectuados nos fins do século XVIII, começos do imediato, mas destinados apenas a melhorar o estado de armamento da torre.

Quem foi o arquitecto da Torre de Belém?

Para tal pergunta não é fácil achar de pronto, dada a forma como o problema se encontra equacionado, uma resposta de considerar como concretamente satisfatória.

É no entanto possível fazendo um pouco de história, circunscrita ao havido por indispensável, e analisando, com a maior imparcialidade, os termos em que a questão ora se nos apresenta, chegar a conclusões de algum modo esclarecedoras.

Mercê de certos dizeres de Garcia de Resende, na sua *Crónica de D. João II*, foi, durante largos anos, convencimento quase geral o dever-se ao lápis do moço de escrivaninha do Príncipe Perfeito a traça da Torre de Belém.

Tal atribuição foi perfilhada por investigadores da maior probidade até que outros se manifestaram discordantes depois de, em 1895, outro notável erudito, D. José Pessanha, ter dado à estampa um muito curioso documento encontrado na Torre do Tombo, e através do qual se julgou poder admitir ter sido mestre Boitack o arquitecto da torre manuelina.

E as coisas corriam assim, mansa e pacìficamente, quando, em 1922, o Senhor Professor Reinaldo dos Santos publicou um trabalho intitulado *A Torre de Belém* e que, ele próprio, classificou de *estudo histórico e arqueológico*. Duas finalidades visa alcançar o autor: primeira, a de atribuir a Francisco de Arruda a traça e a construção da célebre torre; segunda, a de determinar a influência da arte marroquina em certas realizações do chamado estilo manuelino.

São, portanto, três as teses em presença.

Analisemo-las.

A primeira gira à volta de Garcia de Resende ter deixado dito, no final de um dos capítulos da sua citada crónica, referindo-se a realizações do Rei seu biografado:

«E assim mandou fazer então a torre de Cascais com sua cava com tanta e tão grossa artilharia que defendia o porto. E assim outra torre e baluarte de Caparica defronte de Belém em que estava muita e grossa artilharia; e tinha ordenado de fazer uma forte fortaleza onde ora está a formosa torre de Belém que el-rei D. Manuel, que santa glória haja, mandou fazer; para que a fortaleza de uma parte e a torre da outra tolhessem a entrada do rio. A qual fortaleza eu por seu mandado debuxei e com ele ordenei à sua vontade; e ele, tinha já dado a capitania dela a Álvaro da Cunha, seu estribeiro-mor e pessoa de que muito confiava; e porque el-rei logo faleceu não houve tempo para se fazer.»

Do que fica transcrito arredamos quanto diz respeito à fortificação de Cascais e à de Caparica, por ser assunto que não apresenta dúvidas. Como o mesmo se não verifica no tocante à Torre de Belém, vejamos como interpretar o que nos deixou apontado o cronista. Diz este que D. João II mandou se erguesse uma «forte fortaleza» no local onde, mais tarde, seu primo e sucessor — o Venturoso — fez levantar a «formosa Torre de Belém». E acrescenta ter sido ele quem por ordem do Rei e sob a orientação deste, desenhou o projecto de tal «forte fortaleza» cuja capitania chegou a ser dada a Álvaro da Cunha, mas «porque el-rei logo faleceu não houve tempo para se fazer». Não há quem conteste a veracidade da intenção de D. João II em, fronteira à torre e baluarte da Caparica, erguer uma outra fortificação que, com aquela, batesse o passo de Belém; como se não pôs em dúvida, que nos conste, ter sido Garcia de Resende o autor da sua traça. O que se tem contestado é que tal desenho tenha sido, de qualquer forma, aproveitado para a ulterior construção da Torre de Belém.

Muito embora, à primeira vista, nos possa parecer que Garcia de Resende estabelece uma certa diferenciação entre fortaleza e torre, em nosso entender e vendo bem, tal não deveria ser o seu propósito porquanto o cronista sabia português. A «forte fortaleza», desenhada por ele, podia muito bem ser uma torre, como a torre que veio a ser feita mais não era do que uma fortaleza.

No final do trecho, a que nos vimos reportando, diz o cronista:

«... e porque el-rei logo faleceu não houve tempo para se fazer.»

Desta frase infere-se, sem dificuldade nem dúvida, não ter havido tempo para se levantar a fortaleza dentro do período de tempo que mediou entre a conclusão do projecto e a morte do soberano. Mas é possível concluir-se, por aquele facto, ter o debuxo em questão sido completamente posto de parte? Diz-se que, se o inverso houvesse acontecido, Resende, que não cultivava a modéstia, certamente se teria vangloriado de tal nos seus escritos posteriores. Ora, isto, que se pretende apresentar como argumento relevante, não passa, no final de

contas, de mera suposição, e as suposições não podem ser aceites como elemento probatório.

Em nosso parecer a dúvida mantém-se visto que se não é possível dar como certa a utilização do desenho de Resende, tal como ele o concebeu ou modificado, também a afirmação em contrário carece de fundamento sólido.

Tem cabimento aqui fazermos uma referência à personalidade do autor do *Cancioneiro*, transcrevendo parte de quanto a seu respeito diz no *Dicionário dos Arquitectos* esse probo, autorizado e infatigável investigador que foi Sousa Viterbo:

«... Garcia de Resende era tido na conta de um dos mais perfeitos cortesãos no tempo de D. João II, de quem foi valido e que muito lhe prezava e encarecia as prendas. Resende era com efeito homem de grande habilidade, tornando-se sempre prestimoso, e em muitas ocasiões indispensável, pela variedade dos seus recursos. À sua educação literária e artística dava-lhe singular realce...»

Ajuntemos, por nossa conta, que Resende foi igualmente muito da privança do «Venturoso» e de D. João III.

Vejamos como se nos apresenta a segunda tese, aquela através da qual se pretende concluir ter sido Boytack o arquitecto da torre. A sua origem assenta numa carta encontrada na Torre do Tombo por D. José Pessanha e por este dada à estampa em 1895. Tal documento — subscrito por Lourenço Fernandes, dirigido não se sabe ao certo a quem e não contendo a indicação do ano em que foi escrito — é de sobejo conhecido, o que nos dispensa de lhe fazermos mais ampla referência. Dele recortamos porém a passagem que mais directamente interessa ao assunto de que vimos tratando. Reza assim:

«... e digo, senhor, que uns amigos de mestre Boitaca disseram agora aqui que el-rei mandava por ele, para que lhe viesse fazer uma torre em Restelo Velho, que certo senhor, é mui necessária...»

A interpretação deste trecho tem sido feita sem discrepâncias. Mas é ele, por si só, suficiente para provar, de forma incontroversa, que D. Manuel encarregou, de facto, Boytack de levantar uma torre em Restelo Velho? Aquela informação recolhida de uns amigos do mestre por Lourenço Fernandes, não traduzirá apenas uma intenção do soberano, intenção que nada nos diz tenha vindo a objectivar-se?

O Senhor Professor Reinaldo dos Santos, no seu já citado estudo, afirma ser positivo que Boytack não dirigiu a construção da torre, e acrescenta:

«... a sua absorção pelas obras do mosteiro, seguida através do rol das contas de Belém, e o documento decisivo de *Francisco de Arruda, mestre do baluarte de Restelo*, tiram a este respeito todas as dúvidas.»

O eminente académico Senhor Mário de Sampayo Ribeiro não é do mesmo parecer, como se verifica da comunicação feita na Academia Portuguesa da História, em 17 de Junho de 1953.

Apreciemos, agora, a terceira e última tese, ou seja aquela que, apresentada e defendida pelo Senhor Professor Reinaldo dos Santos, nos aponta Francisco de Arruda como tendo sido não só o construtor da Torre de Belém como ainda o autor da sua traça.

É esta tese largamente contraditada pelo Senhor Sampayo Ribeiro na comunicação que atrás citámos. Trabalho notável de historiador reflectido e de investigador seguro, são de tal forma consistentes as suas deduções e tão bem fundamentados os seus argumentos que pode parecer desnecessário, e até estranho, haver ainda algo que dizer sobre o assunto. Não necessita o Senhor Sampayo Ribeiro do nosso apoio, em demasia modesto. Mas não é menos verdade que a questão nada perde em ser agitada, antes pelo contrário, sobretudo porque nos é possível fazer uso de elementos que muito comprometem a tese em causa.

Firma-se, fundamentalmente, a identificação de Francisco de Arruda como mestre da torre numa pretensa sinonímia de quatro termos castrenses: *torre, baluarte, fortaleza* e *castelo*. Vejamos como e onde apareceram para, depois, dizermos de nossas razões.

O primeiro consta da atrás referida carta publicada por D. José Pessanha e na qual o seu signatário, Lourenço Fernandes, nos diz da intenção de D. Manuel em mandar erguer uma *torre em Restelo Velho*. Admite-se que esta carta possa ter sido escrita em 1514.

A referência a *baluarte* encontra-se num outro documento, arrecadado na Torre do Tombo e dado à estampa por Sousa Viterbo em 1899, no qual Francisco de Arruda, designado como *mestre do baluarte de Restelo*, declara haver recebido, em 2 de Outubro de 1516, uma determinada quantidade de cantaria.

Quanto a *fortaleza*, aparece este termo numa carta de Bartolomeu de Paiva, datada de Maio de 1519 e também já publicada por Viterbo, em que aquele determina a entrega de madeira para a *fortaleza do baluarte de seu irmão*.

Finalmente, a designação de *castelo de Restelo* encontra-se citada, segundo o Senhor Professor Reinaldo dos Santos, no livro das moradias quando indica que, em 1519, Gaspar de Paiva — mais tarde o primeiro capitão-mor da torre de S. Vicente — ali tinha residência.

Ora, o Senhor Professor Reinaldo dos Santos ao entender que tal sucessão de designações, enquanto durou a sua construção, se refere à Torre de Belém, a qual só depois de concluída passou a ser designada por Torre de S. Vicente, admite como coisa certa — é pelo menos o que claramente se infere de quanto escreveu — a sinonímia de tais designações.

Vejamos se, de facto, tal se verifica.

Sobre a designação torre nada há a objectar porque está certa. Este termo, como se sabe, foi muito usado entre nós para designar um tipo de fortaleza provida de uma obra acessória mais alta destinada a servir de atalaia ou observatório, como hoje se diz. São exemplos, além da de S. Vicente, as torres de S. Julião da Barra, Bugio, Caparica e S. Tiago do Outão.

Quanto ao termo fortaleza não há dúvida de que é perfeitamente aplicável à Torre de Belém. Mas, no caso presente, o que nos aparece é *fortaleza do baluarte* e isto em terminologia castrense não é nada. O inverso já estaria certo. Este vocábulo fortaleza está aqui empregado querendo, sem dúvida, significar fortalecimento, quer dizer fortificação ou seja acção de fortificar, tornar forte. E fortalecer ou fortificar um baluarte já se admite e compreende.

Só com muito boa vontade é possível aceitar que, com justeza, a torre manuelina pudesse ser designada por castelo. É certo que um castelo pode ser considerado como uma fortaleza mas não é menos exacto que por castelo se designa geralmente um sistema fortificado com muros, fossos e torres, e contendo em si uma povoação ou uma residência.

Propositadamente deixámos para o fim das considerações que vimos fazendo a análise do termo baluarte.

Já dissemos, mas parece-nos não ser de mais repetir, que tal designação, quanto ao assunto em causa, aparece num recibo no qual Francisco de Arruda é referido como *mestre do baluarte de Restelo*. Por este facto e por se admitir que baluarte de Restelo e futura Torre de Belém eram, um e outra, a mesma coisa, se identificou aquele mestre de pedraria como autor da traça e o mestre da obra da referida torre. É facto que outra argumentação subsidiária foi desenvolvida, mas toda ela cairá por terra se se provar que o argumento base — a chave daquela identificação ou seja a sinonímia dos termos torre, baluarte, fortaleza e castelo — carece de fundamento.

Não se diga que se não joga com tal sinonímia. Se assim não fosse só admitindo — o que seria bastante estranho mas muito fàcilmente contraditável — que no século XVI uma obra fortificada pudesse ser nomeada de várias formas, consoante as diversas fases da sua construção, para no final desta voltar a ser designada como inicialmente. Neste caso teríamos, quanto a Belém: torre em 1514, fortaleza em 1519, castelo ainda no mesmo ano e, depois de pronta, em 1520, outra vez torre!!!

Tenhamos bem presente que os homens de quinhentos, e eles provaram-no de sobra, sabiam muito bem o que faziam como sabiam da mesma forma os nomes que as coisas tinham. Façamos-lhe, portanto, a merecida justiça de acreditar que para eles baluarte não era sinónimo de torre nem de fortaleza e muito menos de castelo. Porque, na verdade, um baluarte, em fortificação, foi sempre a parte de um todo

e nunca um todo. Quem alguma vez, com vontade de saber, se debruçou sobre estes assuntos não ignora que tal definição está certa.

Mas para que não seja possível aduzir-se que nos deixamos influenciar por aquilo que dizem tratadistas de épocas posteriores à de aquela em que o assunto se situa ou, ainda, que nos baseamos còmodamente no que consta dos dicionários, busquemos o apoio e o testemunho valioso de um homem de quinhentos, grande entre os maiores e que indiscutìvelmente, além do mais, foi um perito em arquitectura militar.

Esse homem chamou-se D. João de Castro.

Ao chegar a Moçambique, em 1545, caminho da índia, onde desta vez ia como governador, D. João de Castro dirigiu ao Rei uma longa carta. Depois de dar minuciosa conta do que se passara durante a viagem, desde o relatado numa carta anterior, anuncia quanto fez logo que teve as naus bem amarradas.

Um dos seus primeiros cuidados — certamente de harmonia com o regimento que levava — foi visitar a fortificação existente. A essa visita se refere nos seguintes termos:

«... com ele (o veador da fazenda) e com os fidalgos e capitães e D. Jorge, capitão da fortaleza, fui ver o sítio da ilha e disposição do porto e assim a fortaleza que agora está, e o que a mim e a eles pareceu é que desta fortaleza não deve Vossa Alteza de fazer nenhum fundamento que se pode guardar como agora está, nem para a mandar fortificar, assim por ser muito pequena como por estar no mais ruim sítio de toda a ilha e a despesa que se nela fizer, por estes dois respeitos será botada a longe, *porque é em si tão pequena que com mais verdade se poderá chamar bastião ou baluarte que castelo e fortaleza...*»

Tão claro e eloquente é quanto nos diz D. João de Castro que provado fica, — sem que seja fácil argumentar em contrário — que baluarte era uma coisa bem diferente de um castelo ou de uma fortaleza.

E, assim, cai pela base o elemento fundamental e decisivo da identificação de Francisco de Arruda como mestre da Torre de Belém!

Para evitar que subsistam ainda quaisquer dúvidas vejamos como D. João de Castro, na mesma carta, define nìtidamente o que era, então, de considerar como um baluarte.

Ao propor a D. João II o modo como a ilha de Moçambique deveria, em seu entender, ser fortificada diz:

«Quanto é o modo que se deve ter na fortificação desta ponta parece mui fácil de entender como quer que se não deve fazer conta de mais que do lanço do muro que se opõe a terra da ilha, o qual como acima disse tem de comprido 31 braças. O pano deste muro faria eu um pouco encurvado para que a chegada a ele fosse mais dificultosa aos inimigos podendo ser feridos de rosto e das ilhargas também para que a artilharia o não batesse por linha direita, e assim se seguiria outro proveito que seria as bombardas que jogassem de cima dele cruzariam com umas por outras e não deixariam algum lugar da ilha onde não varejassem; *e em cada extremidade ou ponta onde o muro fosse encontrar a rocha de sobre o mar faria o baluarte, os quais sòmente terão travezes que joguem ao longo deste muro...*»

Vê-se, portanto, da parte final do que deixamos transcrito que baluarte era uma obra de fortificação, integrada num todo, e constituindo um saliente numa linha fortificada que os seus fogos cobriam por flanqueamento.

Depois disto ainda será possível insistir-se em considerar a Torre de Belém como alguma vez tendo sido um baluarte?

A Torre de Restelo Velho, ou de S. Vicente a par de Belém ou muito simplesmente de Belém, foi sempre uma fortaleza marítima sem baluartes, mas dotada de duas ordens de fogos, uma das quais casamatada e a outra em plataforma descoberta, conjunto este que era completado com uma torre-observatório e contendo em si várias dependências e a cisterna. Isto é que está certo, o resto... é lenda.

Provando, como se deixou provado, que Francisco de Arruda não foi mestre da Torre de Belém mas, sim, do baluarte de Restelo, implìcitamente se faz prova da existência deste último.

Quando atrás nos referimos ao que, impròpriamente a nosso ver, se tem designado por «quartéis filipinos», dissemos das razões que nos parecia terem determinado o levantamento de um sistema fortificado na margem do rio, pouco mais ou menos por norte da torre. Como aquele assentava sobre a praia deveria ser constituído por um muro ou cortina no qual se encastrava o baluarte pròpriamente dito. Outra não poderia ser a sua configuração atendendo ao papel que teria de desempenhar em caso de necessidade.

As duas torres, a de Caparica e a de Belém, cruzando os fogos defendiam o acesso do porto. Mas, porque a última só dispunha de baterias orientadas a oeste, sul e nascente, não lhe era possível impedir qualquer tentativa de passagem pelo canal que lhe ficava a norte. Além disso corria o perigo de ser atacada pela gola se o inimigo, prolongando-se com a margem e pondo-se, por isso, fora do seu campo de tiro, desembarcasse na praia que por NO lhe ficava próxima e procedesse à instalação de artilharia em posições da margem que dominavam a torre.

Ora a fortificação na praia poderia não só tentar impedir o passo pelo canal, fazendo uso das peças que jogassem da cortina, como ainda com o tiro de flanqueamento, feito do baluarte, dificultaria qualquer manobra de desembarque.

Já dissemos que tal sistema defensivo continha em si os quartéis da guarnição da torre e os paióis, e que tudo deveria ter sido posto de parte desde que foi levantado o anexo na torre, para o que, em muito, haveria de ter concorrido a rápida e crescente obstrução do canal.

Parece-nos ter certo interesse referir que o problema de defesa do surgidouro e da praia de Belém voltou a ser considerado aquando da guerra da Restauração.

Em 12 de Outubro de 1649, el-rei D. João IV dirigiu ao Conselho de Guerra um decreto através do qual determinava lhe fosse dado

parecer sobre se conviria fazer um reduto, com alguma artilharia, no surgidouro abaixo da «fortaleza de Belém» porquanto tal paragem era de considerar como muito acomodada para o inimigo ali efectuar um desembarque caso viesse a forçar o passo da barra.

O parecer sobre tal assunto veio a ser elaborado, logo em 1 de Novembro seguinte, pelo conde de Cantanhede.

Nesse documento é dada nota de que dos três surgidouros que havia desde S. Gião até Belém — Paço de Arcos, Santa Catarina e S. José de Ribamar — os dois primeiros já se podiam considerar como suficientemente defendidos muito embora no segundo ainda algumas obras estivessem por concluir. Quanto ao terceiro — o de S. José, que vinha a ser o de Belém a que chamavam o Mar Novo — indicava que na Cruz Quebrada estava quase pronta uma bateria, e que junto ao mosteiro de S. José se iniciaria dentro de dias a construção de outra. Esta última dava a mão à Torre de Belém. Entendia que os citados surgidouros ficariam assim bem cobertos, tanto mais que as baterias seriam reforçadas com um sistema de trincheiras para a mosquetaria. Achava muito necessário que «de Belém para cá» se levantassem algumas baterias, bem como uma outra na Trafaria, «porque se o inimigo entrar e vir os surgidouros desta banda fortificados, hasse (sic) de afastar para a outra, e havendo naquele posto artilharia não terá onde dar fundo».

Voltemos à Torre de Belém, para perguntar novamente: a quem se deve atribuir, no final de contas, a sua traça?

A circunstância averiguada de a torre não ter sido inicialmente provida nem com as indispensáveis acomodações para a guarnição nem com os necessários paióis e armazéns constitui, quanto a nós, um indício forte, digno de ser atentamente ponderado, de que a Torre de Belém não foi projectada por um técnico de fortificação.

Mas é, disso estamos todos convencidos, obra de alguém que possuía uma verdadeira alma de artista.

FONTES CONSULTADAS

A. A. Baldaque da Silva — *Estudo Histórico Hidrográfico sobre a Barra e o Porto de Lisboa.*

Lucas Iansz Waghenaer — *Spiegel der Zee - Vaert, vande Navigatie, etc.*

Eduardo Freire de Oliveira — *Elementos para a História do Município de Lisboa*

Alessandro Massay — *Descrição do Reino do Algarve.*

Cristóvão Ayres — *História Orgânica e Política do Exército Português.* (Provas).

Sousa Viterbo — *Dicionário dos Arquitectos.*

Elaine Sanceau — *Cartas de D. João de Castro.*

Mário de Sampayo Ribeiro — *Do sítio do Restelo e das suas Igrejas.*

Cláudio Chaby — *Sinopse dos Decretos remetidos ao extinto Conselho de Guerra.*

Academia Portuguesa da História — *Anais.*

Elogio de Alfama[1]

por FERREIRA DE ANDRADE

FALAR de Santo Estêvão é falar de Alfama. Falar de Alfama é evocar a Lisboa primitiva, é recordar o seu passado, é rememorar a nossa grandeza de povo descobridor de povos, a nossa vocação marinheira; é ver, frente aos nossos olhos, um dos mais belos estuários do mundo, toda a amplitude, a beleza esmagadora deste anfiteatro debruçado sobre a toalha líquida do Tejo.

Lisboa e o seu rio... Lisboa medieval que, aqui, onde nos encontramos, se estendia à babugem das águas, com seu alvo casario, e branca, muito branca, «como noiva em seu leito nupcial», na expressão de um poeta de então.

Alfama, presépio de ruelas escusas, de telhados que se encontram e quase se entrelaçam, balcões floridos de sardinheiras e pátios onde o sol a medo se esconde, mas onde o luar é mais forte com seus tons aveludados de prata que escorrem das fachadas velhinhas e nos envolvem em mistério e poesia; Alfama é, queiram ou não queiram os destruidores destas «velharias» de Lisboa, um cartaz turístico onde há pinceladas de tintas naturais, poesia e arte, tradição e história, pitoresco e graciosidade, sem o artifício cénico de certos burgos como — um exemplo, entre muitos, a apontar — o bairro de Santa Cruz de Sevilha.

Quando, há pouco, na noite festiva de Santo António, visitámos Alfama, uma vez mais se arreigou em nós esta verdade que há muito apregoamos: Há que «arejar» Alfama, alindá-la, abri-la de par em par à curiosidade dos nossos turistas, mas tal como ela é, simples e garrida,

---

(1) Conferência realizada no adro da Igreja de Santo Estêvão, em 6 de Julho de 1958.

alegre e caprichosa, mas limpa, muito limpa com suas fachadas alvinitentes, a algazarra do rapazio infrene, as gargalhadas sadias da sua boa gente.

Encontramo-nos em pleno coração do mais alfacinha dos burgos de Lisboa. Deste miradouro que se debruça sobre os telhados do velho casario da primitiva póvoa ribeirinha, avistamos o Tejo, sempre esquecido, sempre desprezado, rio que é a verdadeira razão de ser da beleza da nossa capital — perdoe-se-nos esta insistência que, passo a passo, nas nossas crónicas de simples escrevinhador da história olisiponiana, nos não cansamos de proclamar.

Alfama e o Tejo. Uma evocação do passado e uma realidade de sempre.

★

Desejamos, como os demais que nesta cidade da nau e dos corvos recebem a luz dourada do seu sol, e todos aqueles que a amam pelo coração ou pelo berço, o engrandecimento urbanístico da urbe, o desenvolvimento expansionista da sua área, o embelezamento e construção dos seus bairros modernos, o tracejado das suas novas artérias, amplas e modernas, de moradias arejadas, banhadas de luz; mas não podemos deixar de reconhecer que não é nesses bairros de hoje, de uma arquitectura niveladora do mesmo progresso urbanístico, igual de cidade para cidade, de país para país, que nos sentimos verdadeiramente na nossa Lisboa.

Quando atravessamos as largas avenidas do Areeiro, Morais Soares ou Alvalade, ou percorremos, para além-fronteiras, os bairros modernos de qualquer cidade europeia, sentimo-nos envolvidos pelo mesmo ambiente de desoladora, incaracterística e inexplicável arquitectura.

Contudo — não o podemos negar — a Lisboa de hoje é uma lição de bom gosto, na sua concepção arrojada e perfeita, que nos honra e de que nos sentimos orgulhosos, completamente diferente já dos bairros «caixotes» da Lisboa dos primórdios deste século, de uma pobreza confrangedora, na sua arquitectura mesquinha, «mestre-de-obras», pintalgada, de quando em quando, por um prémio Valmor a galardoar o flagrante mau gosto de então, ou por uma que outra fachada de estilo «manuelzinho» ou torpe imitação de um «João» muito pouco quinto.

Sim. É justo, pois, que se faça neste momento e neste lugar o elogio da cidade de hoje, alegre e lavada do sol, cosmopolita e quase revolucionária, no concebimento do tracejado urbanístico. Lisboa Nova é, assim, de facto, uma outra cidade, um novo ciclo na história da urbe.

Mas pode residir nela todo o encanto e beleza, subjectividade e magia que diferenciam as cidades, envolvida como está num quadro de perspectivas semelhantes, embora de linhas belas e harmoniosas, de edifícios grandiosos e de ruas largas?

Tiram-se a Lisboa, se possível fosse, a encantadora mutação de cenários, a subtileza de todo o seu encanto natural — sinfonia de luz

e de perfume —, o dédalo confuso de certas ruelas, a sucessão de quadros panorâmicos onde, de quando em quando, se descortina a linha prateada do Tejo ou os verdes dos seus parques e jardins, a própria irregularidade do terreno, os belvederes do Monte, do Castelo, de Monsanto, de Santa Luzia, S. Pedro de Alcântara ou do Torel e este rio imenso que se estende ao longo das suas colinas, e teríamos uma cidade como tantas outras.

Há cidades que «nascem» e há cidades que se fazem.

Lisboa nasceu tal como hoje é, neste burgo onde nos encontramos, à margem do seu rio, e engrandeceu-se e alargou-se com característica própria para além do cômoro da sua Alcáçova.

Depois, pelos tempos fora, desviaram-na do seu rumo natural, na ribada das águas do Tejo. Expandiram-na para as campinas áridas dos arrabaldes. Esqueceram o rio, e outra cidade surgiu.

Não a discutimos, traçámos-lhe mesmo o seu elogio. Mas é necessário que ela «viva» par a par da Lisboa de ontem, porquanto é neste encontro de duas cidades, neste abraço de duas épocas, que pode residir o maior encanto da urbe. Derrubem-se os casebres insalubres, rasguem-se amplas artérias onde existem ainda vielas escusas e imundas, mas conservem-se estes diminutos aglomerados, que são, afinal, pequenos motivos da gracilidade de Lisboa, nascida ao acaso, ao sabor dos desencontros do terreno, sem tracejados de régua e esquadro.

Modernize-se, torne-se salubre e arejado o que hoje nos aparece impróprio e sujo. Tracem-se os planos necessários, a par das exigências da nossa época, para o descongestionamento de certas parcelas da cidade: mas, uma vez delineados, executem-se esses planos, não em sistema «conta-gotas», de que são exemplos flagrantes as intermináveis obras da Mouraria e o alargamento da Rua 1.º de Dezembro, mas, tanto quanto possível, em prazos prèviamente previstos.

Tracem-se, sim, todos os planos que, repetimos, o acréscimo populacional e o movimento rodoviário da urbe exigem, mas não a sistema «canivete», nem se transforme para tal o perfil característico das mais belas artérias da nossa cidade.

Apelo para vós, Amigos de Lisboa, para a Direcção do nosso Grupo, a fim de que, pela palavra e pela pena, defendam a integridade do característico perfil histórico e paisagístico da cidade.

Somos, como decerto todos vós, pelo engrandecimento e pela renovação da capital, mas não podemos admitir que, sob a bandeira dessas mesmas necessidades urbanísticas, se derrubem pequenos monumentos do nosso passado histórico e da fisionomia da nossa cidade.

Em Roma, na cidade museu da Europa, encontramos lado a lado dos mais arrojados edifícios, esta que aquela ruína.

A «Via Imperiale» foi traçada para melhor se destacarem os velhos monumentos da antiguidade romana. Na modernissima gare central — a terminal de Roma — visitam-se, rodeadas de largas vitrinas cromadas, algumas das vetustas relíquias da cidade dos Césares.

O progresso não é inimigo do passado; antes, conjugado a este, pode tornar-se mais belo, mais grandioso.

Mas falemos de Alfama e defendamos a sua existência, pois ela, como a definiu o saudoso Norberto de Araújo, «não é apenas o excêntrico que atrai turistas, vindos das soberbas cosmópolis, ou os naturais, descidos, por desfastio, das alamedas de asfalto. Ela é um livro aberto, de estampas fortes ou delicadas, a um tempo deleitoso e revelador.»

★

Retrocedamos uns séculos, tantos quantos a existência de Lisboa como cidade cristã. Melhor: volvamos ainda umas centúrias atrás.

Lisboa alcandorava-se no morro que à nossa ilharga se debruça sobre o rio. No alto, o primitivo ópido depressa se sente atraído pelas águas tranquilas do Tejo. Desce, pouco a pouco, às areias refulgentes do aurífero Tagus. É já a tentação do mar nos primeiros vagidos do desenvolvimento da pequeníssima urbe. Alfama — cujo nome deriva ou de «asilo» ou «refúgio»: de «aljama», que se situava cerca da mesquita maior e era o «paço do Conselho do sistema político-religioso dos Serracenos», ou, ainda, versão para nós mais aceitável, de «Alhama», isto é, fonte termal, conhecida como é a existência de famosas águas medicinais —, Alfama foi, assim, o primeiro elo de ligação entre o burgo habitacional da primitiva póvoa e o rio que se estendia a seus pés.

De tal sorte se expandiu Olisipo, talvez a principal cidade da província romana da Lusitânia, cuja civilização ficou para sempre perpetuada em inúmeras inscrições latinas, estátuas e edifícios religiosos e de diversões.

Depois, alargada já para poente, direcção dos córregos da Baixa, e na posse dos Visigodos, mais se foi alastrando pela vertente da povoação castreja, defendida por forte cintura de muralhas.

Já no domínio serraceno, Alfama era o arrabalde da Lisboa gótica, como a definia Herculano, «bairro casquilho, aristocrático, alindado, culto, quando a Medina — Aschbouna poisava, enroscada tristemente no seu ninho de pedra, no que depois se chamou a *alcáçova*, e hoje o Castelo».

A sua área, cujos limites é impossível fixar, estendia-se para dentro e aquém dos próprios muros da cerca moura.

Era, de facto, o arrabalde da Lisboa de então.

Com a conquista do primeiro Afonso, Alfama estende seus tentáculos para o oriente. A população aumenta.

«Quando, porém, no século XIII a população cristã — diz-nos ainda Herculano — alargando-se para o ocidente, veio expulsar os Judeus do seu bairro primitivo, situado na actual cidade baixa e os encantoou para a parte sul da Catedral, a Alfama foi perdendo grandemente a

sua importância e convertendo-se afinal num bairro de gente miúda e sobretudo de pescadores.»

Bairro expressivo da lusíada predestinação do mar e da aventura, este pequeno burgo foi, pouco a pouco, albergando não só as gentes da faina do Tejo e mareantes das descobertas, mas também habitantes de alta linhagem. Ergueram-se palácios, lado a lado de modestas moradias dos trabalhadores do rio.

No labirinto de ruelas e de escadinhas, de arcos e de baiucas, alteavam-se as torres sineiras das igrejas e ermidas: S. João, S. Rafael, S. Pedro, Salvador, S. Miguel, Espírito Santo e este templo onde nos encontramos, de Santo Estêvão.

Por estas vielas cruzavam-se os fidalgos de então com os «Manéis» de Alfama, damas da corte, em suas caleches e liteiras, passavam entre o torvelinho e a algazarra infernal da arraia miúda, a vozearia desordenada das varinas e rascoas.

Marinheira e fidalga, amálgama de castas — Mouros, Judeus, Cristãos-Novos, Negros e cativos — Alfama resistiu aos impulsos violentos do sismo de 1755 e ao subsequente incêndio avassalador. Pouco sofreu. E assim constitui hoje um padrão evocador desse passado distante, glorioso, do nosso património espiritual e histórico.

Foi durante séculos um dos bairros administrativos da cidade; depois, primeira metade do século XIX, constituía um dos quatro distritos de Lisboa.

Em 1867 o nome «Alfama» desaparece como denominação oficial; mas o vocábulo ficou.

Hoje, é apenas um «sítio», núcleo de casario que das Escolas Gerais, das Portas do Sol e do Salvador desce, tortuoso e labiríntico, ao terreiro do Chafariz de Dentro. Nenhum outro bairro de Lisboa poderá competir com ele em pitoresco, em simplicidade, beleza natural nascida dos sucessivos contrastes dos casebres velhinhos e das fachadas brasonadas, nos recantos que são cenários merecedores de uma água-forte de artista consumado, nas constantes perspectivas das suas casas de socalcos, de empenas de bico, de janelas salientes, nos seus monumentos sacros ou nas suas torres que são marcos centenários, nas congostas empinadas e seus arcos quase lendários, cruzeiros e registos, «ex-votos» e lápidas evocativas.

Sim, cuide-se desta Alfama, que os sismos e os estragos e a malvadez dos homens têm respeitado; e transformemo-la num verdadeiro museu vivo da Lisboa medieval.

Desaparecida a Rua Nova dos Mercadores, o Terreiro do Paço Real, todo esse dédalo de ruelas que do Rossio de Valverde se estendia às areias da Ribeira, sòmente Alfama nos evoca a Lisboa das descobertas.

Avizinha-se o ano áureo do V Centenário do Infante D. Henrique. Por que não transformar Alfama num padrão evocador da Lisboa de D. João II e de D. Manuel? Que mais belo cartaz turístico e ao mesmo

tempo página viva da gesta marítima dos Portugueses de então, iluminura de tintas naturais de uma cidade que foi berço da epopeia maior da nossa história, poderia noutro local erguer-se?

Aqui, nesta pérgula sobranceira à barra, se poderiam inscrever, em lápida evocativa, os versos de Fernando Pessoa:

«Ó mar salgado, quanto do teu sal
São lágrimas de Portugal!
Por te cruzarmos, quantas mães choraram,
Quantos filhos em vão rezaram!
Quantas noivas ficaram por casar
Para que fosses nosso, ó mar!»

★

É tempo já de falarmos deste templo, cuja fachada, se não monumental, é, contudo, na sua sobriedade, bastante expressiva. Sobre a verga do portal central lê-se a data da sua reconstrução depois do terramoto grande. Um senão a apontar-se-lhe: a falta da torre do lado esquerdo. Dano causado pelo terremoto e que não mais se recuperou.

De quando data a primitiva construção do templo? Quanto a nós, é impossível a resposta. Uma coisa é certa: à face de testemunho documental, é que Santo Estêvão, muito embora os escritores de setecentos o afirmem, não consta entre os primeiros templos mencionados nos códices coevos de Afonso Henriques. Não podemos, assim, remontá-lo aos primórdios da nacionalidade; e nem seria natural que, existindo já em 1191, como está demonstrado, aqui perto, a Igreja de S. Pedro e, um pouco mais afastadas, as de S. Martinho, S. Jorge e S. Bartolomeu, além de Santa Cruz da Alcáçova e S. Vicente e, uns anos atrás (1164), a própria Igreja de Santa Maria Maior — edificada ou adaptada de mesquita árabe a templo cristão — se reedificasse uma outra.

Inclinamo-nos a crer, assim, que sòmente no reinado do segundo Afonso (a seguirmos a documentação existente) ela teria sido erguida. Um facto o demonstra: a sua primeira citação em documento relativo ao ano de 1209 (ou 1229?).

Mais tarde (1305), D. Afonso III fez a Santo Estêvão doação dos dízimos de Alqueidão *(Chancelaria de D. Afonso III, Livro III, fl. 18 e Livro II de Decretos Reais, fl. 128)* e D. Dinis e a Rainha Santa Isabel doaram o seu padroado ao bispo de Lisboa, D. João.

Referem ainda alguns trabalhos ùltimamente publicados, mas baseados nos informes, nem sempre verídicos, dos nossos escritores de setecentos, que este edifício foi reedificado em 1316 e 1543. Nenhum documento o atesta. Meras suposições? Ruínas ocasionadas pelos sismos que tão avassaladoramente feriram de tempos a tempos a nossa Lisboa? Mas vejamos: anteriormente a 1316 sòmente se tem conhe-

cimento do terremoto de 1146; e, depois, do que provocou a catástrofe do dia de S. Bartolomeu o ano de 1356. Na primeira metade do século XVI houve, de facto, o de 1531, talvez, em violência o maior que esta cidade tem sofrido até aos nossos dias.

É de crer que, a dar crédito às informações que até nós chegaram, a reconstrução de 1543 fosse de facto motivada pelo abalo de 1531.

Depois, sòmente encontrámos notícia de ter sido lavrada uma escritura, em 1670, para a cedência de 12 covais com a obrigação do comprador paramentar a capela-mor e a sacristia.

Alfama e o Tejo
Uma evocação do passado e uma realidade de sempre

De então em diante, por circunstâncias que se não conhecem, o templo de Santo Estêvão foi caindo de ruína em ruína, a ponto de, em fins de 1732, ter a irmandade do Santíssimo solicitado a demolição pura e simples de todo o edifício. No auto de autorização assinado em 9 de Janeiro de 1733 consta que, «como verificaram os arquitectos peritos», a igreja estava «arruinada por diversas partes e que com facilidade se demoliria por si, principalmente pelo tecto e parede do frontispício e se entendeu que alguns reparos ficariam sempre depois de feitos com grandes despesas e com a mesma ruína e para esta se evitar e não terem de fazer mais despesas inúteis se resolveram a deitar a igreja abaixo».

De então para cá, toda a história da igreja se pode basear nos livros de receita e despesa existentes no seu cartório, muito embora subsistam alguns pontos, sobre os quais é difícil recair a luz da verdade histórica.

Sabe-se, assim, que as primeiras receitas foram provenientes da venda de todo o material da demolida igreja.

Uma nova traça foi então imposta. Desapareceram as cinco naves então existentes e que decerto corresponderiam a divisões apenas demarcadas por colunas. O templo, bem mais modesto agora nas suas proporções, passou a possuir a forma octogonal, de faces divididas por pilastras caneladas.

Tem sido desconhecido até hoje o nome do arquitecto que traçou a planta da actual igreja. A notícia foi-nos felizmente dada pelo próprio livro de despesa, onde consta que Manuel da Costa Negreiros — pois foi este o autor do templo que ides visitar — recebeu como prémio de «fazer o risco» a importância de 48$000 réis, percebendo, depois, de seis em seis meses, 6$400 réis.

Demolida a velha igreja, é, na manhã do dia 6 de Junho desse mesmo ano de 1733, abençoada aqui, neste eirado maravilhoso, debruçado sobre a praia de Alfama, a primeira pedra para o alicerce da nova Igreja.

Não mais as obras pararam. Esmolas de uns, dádivas de outros, peditórios dentro e fora da freguesia, e lá se foi amealhando o dinheiro indispensável ao prosseguimento dos trabalhos, nem sempre pagos com a regularidade que os artífices desejariam e à frente dos quais se destacava mestre pedreiro José da Costa e, mais tarde, Francisco Xavier Botelho.

Em 1740 é feita a cobertura do tecto, para o qual se havia adquirido, em Março, *taboado de bordo*, e logo, no mês de Agosto, são pagos ao artista Bernardo Pereira 75$200 réis pelo trabalho de pintura dos painéis da igreja.

Os painéis da abóboda da capela-mor? Quadros que hoje se encontram no coro? Os da sacristia? E quais os que Volkmar Machado nos diz ter pintado Pedro Alexandrino? Este, um dos pontos ainda por esclarecer da história deste templo.

Em 1845 — escreve o célebre crítico de arte Conde de Raczinski — existiam aos lados da capela-mor dois quadros, um dos quais havia sido restaurado, pela cobertura de verniz que ainda apresentava. O outro já então era impossível de distinguir. Acrescenta o autor de «Les arts au Portugal», que ambos eram de um mérito secundário e de uma época difícil de determinar.

Coberta, portanto, a nova igreja, delineada a decoração, foi ainda nesse mesmo ano, em Setembro, lançada a bênção aos novos altares. Nesta cerimónia gastou a irmandade a quantia de 40$000 réis.

Mas as obras continuaram. Em 1747, ainda se refere o livro já mencionado — nosso precioso informador — a despesas com o retá-

bulo para a capela-mor e só três anos volvidos vem de Mafra o célebre grupo escultórico colocado no alto do altar.

Diz-nos Volkmar Machado, e decerto com toda a veracidade, que estas esculturas de madeira recoberta de gesso — do cinzel do artista José de Almeida, estiveram colocadas em Mafra enquanto não foi executada a sua cópia em mármore.

A oferta deve-a a igreja à mão magnânima do rei D. João V.

É o próprio prior de então, embora o documento seja de 1759, que o atesta. Escreve na resposta ao célebre questionário enviado após o terremoto a todos os párocos o padre Luís António Ferreira: «... e o altar-mor tem em cima uma imagem de Cristo Crucificado que deu a esta igreja a Sereníssima Majestade do Senhor D. João V».

Do próprio livro de despesas constam de facto as verbas referentes aos dois transportes, em «carro de mato», das esculturas para esta igreja.

Morto neste mesmo ano o arquitecto Manuel da Costa Negreiros, autor igualmente da torre do relógio da igreja da Graça, houve que chamar o arquitecto da cidade, Mateus Vicente, para dirigir a colocação da imagem.

É o que se depreende de outra verba constante do mesmo livro de despesa: o pagamento ao célebre autor da Basílica da Estrela, em 7 de Fevereiro de 1571, da importância de 4$800 réis.

E mais quatro anos rodam na esfera do tempo.

Na manhã trágica do 1.º de Novembro de 1755 um novo capítulo se abre na história desta igreja.

Santo Estêvão, como a grande maioria dos templos de Lisboa, não foi poupada. Se bem que não tivesse ruído por completo, o traumatismo sofrido não foi pequeno, muito principalmente na fachada sobranceira ao rio. Desabou a torre do lado norte, não mais reconstruída, embora tivesse sido, em 1774, adquirida pedra para a erguerem de novo. Perdeu-se igualmente, para sempre, a estátua do protomártir seu padroeiro que existia na frontaria.

Demorados foram, depois, os trabalhos de reconstrução. Entre a irmandade do Santíssimo e a Colegiada arrastou-se viva contenda, e só em Maio de 1764 foi, por isso, autorizado o necessário peditório fora da freguesia. Pelo auto da reunião então lavrado, se conclui que os estragos principais se confinavam à fachada principal, a qual chegou a ameaçar ruína.

Pela inscrição que se lê na verga que encima a entrada principal verifica-se que sòmente no ano de 1773 foram terminadas as obras, data, aliás, confirmada pelo próprio livro de despesas.

Já no fim do século XIX o templo de Santo Estêvão de novo ameaçou ruína. O culto foi transferido para a Ermida dos Remédios e novas obras lhe são impostas. Vão elas de 1833 a 1848.

No entanto, tanto nos restauros após o terremoto como do que beneficiou nesses últimos anos, Santo Estêvão não sofreu qualquer alteração na traça delineada em 1733.

✦

Do interior do templo, pouco direi.

Dele, e dos preciosos livros iluminados, falará, dentro em pouco, o reverendo prior Vítor Roberto dos Santos.

Limito-me assim a chamar a vossa atenção não só para a preciosidade escultórica das imagens (caso tão raro nos nossos templos de hoje) que ainda se veneram nos altares desta igreja, mas também para esta dúvida que tem subsistido no espírito daqueles que deste templo se têm ocupado: a existência, a par das maravilhosas capelas de mármore com suas colunas salomónicas, de outras, embora primorosamente imitadas, de simples madeira.

Alguns escritores atribuíram esta disparidade aos efeitos do terremoto Grande; nós próprios para tal nos inclinávamos. No entanto, o documento de que falámos, e que se refere a 1764 e às obras que então urgia efectuarem-se, é concludente ao citar só a ruína do frontispício.

Decerto que por carência financeira dos construtores dessas mesmas capelas não foi possível a sua edificação com materiais tão ricos como os que outras irmandades utilizaram.

Creio estar demonstrado que em nada influiu o terremoto de 1.º de Novembro.

Há, sobre estas capelas, um passo curioso do Conde de Raczinski: «O que há de mais interessante — lê-se numa das suas cartas — são quatro altares em mármore, de um estilo arquitectónico assaz curioso. E há dois que parecem uns anos mais antigos que os dois outros».

Tem havido, desde que em 1759 o padre Luís António Francisco nos descreveu as capelas deste templo, algumas alterações nas suas evocações. Simples pormenores, porém. O que interessa salientar é a existência ainda de algumas das imagens então já veneradas, como as de S. Pedro Gonçalves, o milagroso patrono dos Mareantes, as de Santo António, São Sebastião e de Nossa Senhora Mãe dos Homens e, ainda, a lindíssima escultura de Santa Catarina.

★

Santo Estêvão, muito justamente considerado monumento nacional, dispensa qualquer adjectivação. Impõe-se por si só, pela sua dignidade austera e ao mesmo tempo singela, pela riqueza dos seus ornamentos e o recorte filigranado da sua talha, dos embutidos policromos das colunas salomónicas de mármore rosa de Arrábida ou negro, com seus mosaicos florentinos.

Santo Estêvão merece, de facto, uma visita atenta, demorada. Iluminura de cores suaves, quase translúcidas, como as páginas amarelecidas dos seus velhos códices, este templo é padrão da nossa Fé, debruçado sobre o rio que foi caminho da Aventura e da Glória; marco centenário a desafiar o tempo, pedras que se ergueram e se reconstruíram a indicar, através dos séculos, a Lisboa que aqui floresceu e daqui se expandiu; a recordar aos que hoje ainda nele ajoelham e rezam que neste mesmo chão sagrado os Portugueses que demandavam os Mares aqui oraram também suas preces na hora da abalada.

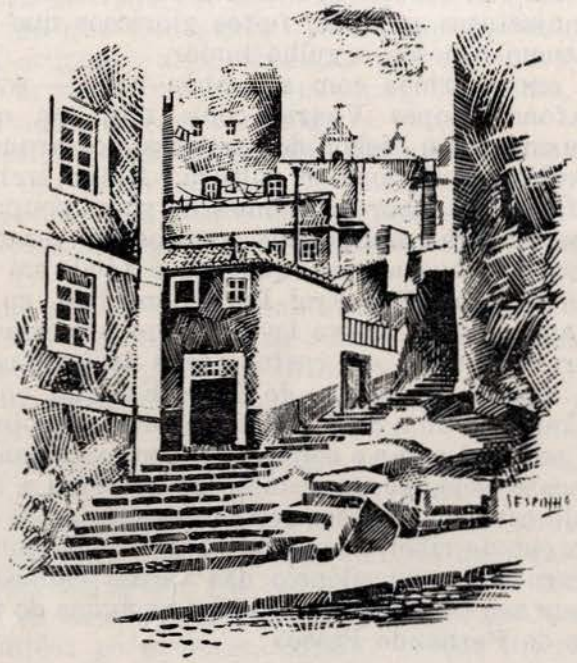
Este adro, com seu cruzeiro e sua lápida votiva, é bem a capitular iluminada de uma página viva da crónica de Lisboa. Coração da velha urbe onde palpitam oito séculos de história e nos lembra, passo a passo, as suas mais majestosas páginas, feitos gloriosos que espantaram o mundo e constituem o nosso orgulho maior.

«Para nos encantarmos com a Lisboa velha — escreveu o saudoso mestre Afonso Lopes Vieira, como nós, um apaixonado de Alfama — procuraremos a Lisboa dos artistas, dos arqueólogos ou dos passeantes possuidores de gosto e cultura. Então iremos invocando a Lisboa da Alfama, de saborosos nomes de ruas, poupados por milagre, pelas nomenclaturas municipais, congostas, escadas, fachadas, arcos e caprichos tão evocadores, que nos é fácil, em própria luz e hora, visionar a festa de São Frei Pero Gonçalves, cuja imagem de padroeiro os marítimos do bairro levavam em procissão, entre bailes e folias. Demorar-nos-emos em certos adros de igrejas, povoados de remoto silêncio, como o miradouro de Santo Estêvão, onde súbito aparece a alma oceânica de uma cidade de mareantes, devotos da Virgem.»

Não, não é possível amar e conhecer Lisboa sem conhecer Alfama, deambular ao acaso pelos seus recantos de sombras e de mistério; e olhar embevecido este rio imenso, desta pérgula que se debruça sobre a vida febril da cidade ribeirinha, sobre a cidade de ontem.

E daqui, escutando, no silêncio das tardes calmas, o ruído das águas do Tejo, em seu contínuo abraço com as águas do mar, recordar, ainda, os versos de Fernando Pessoa:

«E ao imenso e possível Oceano
Ensinam estas Quinas, que aqui vês,
Que o mar com fim será grego ou romano:
O mar sem fim é português.»



A Guarda Real da Polícia de Lisboa

por CARLOS ALBERTO LOPES TEIXEIRA

TORNANDO-SE frequentes os contínuos roubos, latrocínios e assassínios que se perpetravam, principalmente à noite, nas ruas de Lisboa, onde a iluminação contava com uma ou outra lanterna de azeite, cuja eficiência era muito limitada, o que aumentava a ousadia e a atrocidade dos malfeitores, confiados, também, na impunidade e extrema moderação das leis vigentes com que as autoridades procediam no castigo e na apreensão de semelhantes deliquentes, em detrimento da segurança e tranquilidade pública, levou D. João VI, então Príncipe Regente, a promulgar o decreto, que se segue, para a criação duma guarda de polícia que pusesse cobro a tais desacatos.

«Sendo muito conveniente, não só para a segurança, e tranquilidade da Cidade de Lisboa, Capital dos meus vastos Dominios, mas para que na mesma a ordem da Policia receba huma nova consolidação, que á imitação das outras grandes Capitaes se estabeleça hum Corpo permanente, o qual vigie na conservação da ordem, e tranquilidade pública, e que obedeça, no que toca á disciplina Militar, ao General das Armas da Provincia, no que toca ao exercicio das suas funções, ao Intendente Geral da Policia: Hei por bem crear huma Guarda Real da Policia de Lisboa, de pé, e de cavallo, para vigiar na Cidade de Lisboa, e para guardar pela forma, e maneira, que se regule no Plano, que baixa com este, assinado pelo Ministro, e Conselheiro de Estado D. Rodrigo de Sousa Coutinho, a quem Fui servido encarregar de levar á Minha Real Presença os Negocios concernentes á Inspecção da Policia da Corte e Reino, o qual Plano em toda a sua extenção, e particularides se entenderá formar

parte deste Decreto. Assim o Mando participar ao Concelho de Estado, Ministro, e Secretario de Estado dos Negocios da Guerra, e ao Conselho de Guerra para se fazer executar em cada Repartição pela parte que lhe toca. O mesmo Ministro, e Conselheiro de Estado D. Rodrigo de Sousa Coutinho, Presidente do Meu Real Erario, o tenha assim entendido, e faça executar. Palacio de Queluz em 10 de Dezembro de 1801. — Com a Rubrica do Principe Regente Nosso Senhor.»

Esta corporação, que se nominava Guarda Real da Polícia de Lisboa, era constituída por

«... hum Estado Maior, oito Companhias de Pé (Infantaria) e quatro de Cavallo (Cavalaria).»

O «Estado Maior» era formado por

«... hum Capitão Commandante, hum Ajudante Major, três Ajudantes, hum Quartel Mestre, hum Secretario, hum Cirurgião Mor, hum Alveitar, e hum Tambor Mor.»

Cada Companhia de Infantaria compunha-se de

«... hum Tenente Commandante, dois Sargentos, hum Furriel, quatro Cabos de Esquadra, quatro Anspessadas, hum Tambor e quarenta Soldados.»

Cada Companhia de Cavalaria era constituída por

«... hum Tenente Commandante, dois Sargentos, hum Furriel, três Cabos, três Anspessadas, hum Trombeta e quarenta Soldados.»

Esta Guarda contava ao todo 638 homens.

A Guarda Real da Polícia de Lisboa era constituída pelos melhores soldados escolhidos em todo o Exército. Não só deviam ser os mais robustos, solteiros, até à idade de 30 anos, como também de boa morigeração e conduta.

Cabia ao comandante de cada regimento do Exército proceder, com o maior escrúpulo, a escolha dos graduados e soldados nas condições exigidas pelo Conselheiro de Estado dos Negócios da Guerra, para formar, com os seleccionados, a primeira corporação da Guarda Real da Polícia de Lisboa, que tão relevantes serviços viria a prestar à ordem e sossego dos habitantes da nossa linda e velha Capital.

O uniforme compunha-se de uma casaca curta, azul, abotoada em todo o seu comprimento e forrada da mesma cor; com bandas, gola, e canhões encarnados; botões amarelos e oito casas de galão da mesma cor, sòmente adiante; calças de saragoça para o Inverno e brancas para o Verão; botas de meio cano; barrete de coiro negro encerado com uma liga e um oleado para abaixar em tempo de chuva. O barrete tinha à frente o número da companhia a que pertencia o soldado e por cima desse número a letra J. Também fazia parte do uniforme um capote azul para o frio.

O armamento distribuído aos soldados de cavalaria constava: de uma clavina, duas pistolas e uma espada; e o dos soldados de infantaria era constituído por uma espingarda curta, com a sua respectiva baioneta, e uma espada em cujo boldrié havia um coldre para guardar uma pistola. Os oficiais, sargentos e furriéis, tanto os de cavalaria como os de infantaria usavam ùnicamente espadas e pistolas.

O soldo dos diferentes postos da Guarda Real da Polícia de Lisboa era o seguinte:

«Estado Maior: Capitão Commandante, 50$000 por mês; Ajudante Major, 28$000 por mês; Ajudante, 20$000 por mês; Quartel Mestre, 24$000 por mês; Secretário, 18$000 por mês; Cirurgião Mor, 10$000 por mês; Alveitar, 10$000 por mês; Tambor Mor, 8$000 por mês.

Infantaria: Tenente Commandante, 20$000 por mês; Sargento, 9$300 por mês; Furriel, 7$200 por mês; Cabo de Esquadra, 140 réis por dia; Anspessada, 130 réis por dia; Tambor, 120 réis por dia; Soldado, 120 réis por dia.

Cavalaria: Tenente Commandante, 22$000 por mês; Sargento, 9$600 por mês; Furriel, 7$500 por mês; Cabo, 150 réis por dia; Anspessada, 140 réis por dia; Trombeta, 300 réis por dia; Soldado, 120 réis por dia.»

Todas as Companhias estavam aquarteladas separadamente pelos bairros da cidade, sendo preferidos aqueles, onde não houvesse «Tropas de linha».

Os oficiais assistiam o mais perto, que pudesse ser, das suas companhias, para manter nas mesmas a boa ordem. Era, principalmente, nas companhias de cavalaria que a disciplina era mais rígida, pois deviam vigiar, escrupulosamente, o trato e o sustento dos seus cavalos, castigando com severidade, todo o soldado que cometesse a mais pequena negligência.

Os cavalos deviam ser limpos todos os dias ao nascer do sol e levados ao chafariz mais próximo dos quartéis, distribuindo-se-lhes depois, as rações convenientes; repetindo-se o mesmo «huma hora antes do pôr do sol». Tanto o trato como a limpeza eram sempre fiscalizados por um sargento

ou por um furriel, que ficavam responsáveis destes serviços, assim como do asseio das cavalariças.

As revistas faziam-se de manhã e à noite, sendo castigados todos os que faltassem à chamada. Também não se consentia, tanto aos graduados como aos soldados, pernoitarem fora dos seus aquartelamentos.

Montava-se a guarda todos os dias, de Verão às seis horas da manhã e de Inverno às oito, defronte do portão do quartel. Cada companhia de infantaria tinha três corpos de guarda no seu bairro. Estes corpos de guarda davam todas as noites uma patrulha, que saía do quartel uma hora depois do sol posto sendo substituída, quando se recolhesse, pela que tivesse ficado. A primeira era comandada por um cabo de esquadra e a segunda por um anspeçada ou pelo mais antigo soldado. Estas patrulhas, de noite, detinham-se e embuçavam-se, de vez em quando, guardando o maior silêncio a fim de escutarem qualquer ruído suspeito, para caírem ràpidamente sobre o lugar onde proviesse o barulho a fim de prender os díscolos.

De dia, as patrulhas de infantaria tinham o dever de fiscalizar o cumprimento dos horários de trabalho nos estabelecimentos comerciais, casas de bilhar, cafés e outros lugares públicos, tomando nota dos nomes e moradas dos infractores, para darem parte ao ajudante do «Estado Maior», que estivesse de serviço no quartel, para que este os autuasse conforme a gravidade dos delitos praticados.

As companhias de cavalaria davam, todos os dias, três patrulhas comandadas por sargentos ou furriéis. Uma delas, andava de dia, pelas ruas de Lisboa, sempre a passo e com a espada na mão para reprimir as desordens, dispersar os ajuntamentos inúteis, dirigir o trânsito das carruagens nas ruas e travessas estreitas, enfim, vigiar sobre tudo o que dissesse respeito à boa ordem e segurança pública. Esta patrulha era revezada de duas em duas horas. As outras duas patrulhas percorriam as ruas toda a noite até ao nascer do sol. Essas patrulhas detinham-se, de vez em quando, nos bairros que tinham a obrigação de policiar, conhecer bem as suas ruas e travessas adjacentes, para poderem cortar o caminho a qualquer delinquente suspeito que houvesse praticado algum crime ou que tivesse fugido a outra patrulha.

Tanto as patrulhas de infantaria como as de cavalaria, quer de dia quer de noite, rendiam as honras ao Santíssimo Sacramento.

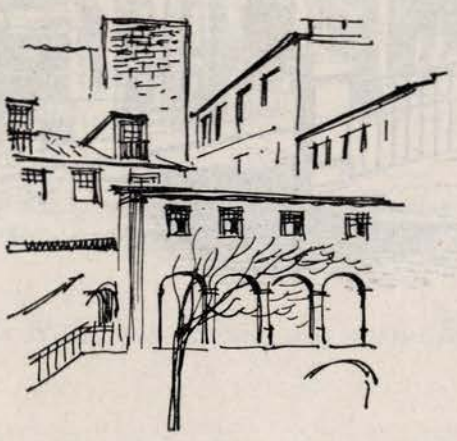
Todo o soldado da Corte, que não indo em serviço e fosse encontrado nas ruas de Lisboa com espingardas, baionetas, chifarotes, facas de ponta e mola, pistolas ou quaisquer outras armas, brancas ou de fogo era preso,

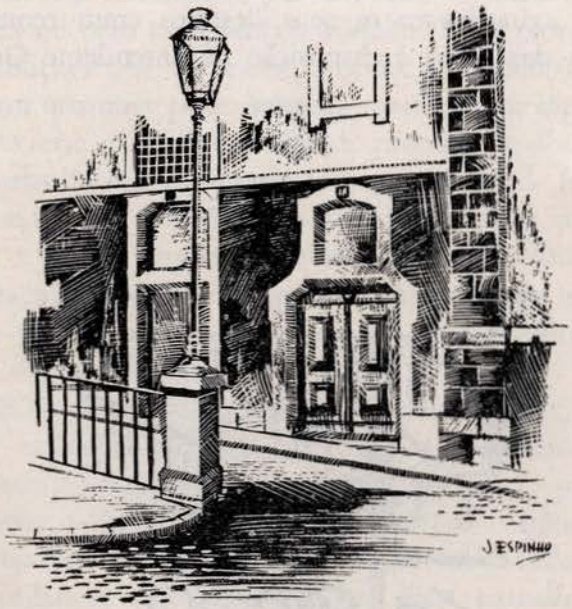
degradado das honras militares como indigno delas e remetido ao Arsenal Real, para nele trabalhar com braga durante seis anos.

Todo o soldado que se incapacitasse, tinha a sua reforma com a parte do soldo competente, segundo o valor dos seus serviços.

Os soldados da Guarda Real da Polícia, além do soldo, recebiam 4$800 de recompensa por cada assassino ou ladrão que prendessem.

Os criminosos que fossem condenados à pena de morte, podiam ser comutados em galés perpétuas ou temporárias, conforme a gravidade dos seus crimes. Além destes castigos, haviam outros menos penosos tais como: limpar e desentupir de lamas e lixos os canos da cidade que o necessitassem, varrer e limpar diàriamente as ruas. Os criminosos destinados às galés, enquanto aguardavam os seus destinos eram remetidos para as galés da Ribeira das Naus à disposição do Intendente Geral da Polícia.




J.ESPINHO

A QUINTA-FEIRA DE HÁ 94 ANOS QUANDO NASCEU O *"Diário de Notícias"*

Por estar na índole e no espírito deste nosso Boletim, e bem imbuído de essência olisiponense, depois das devidas autorizações que se agradecem, publicamos o artigo de fundo do número comemorativo do 94.º aniversário do Diário de Notícias, *prestando-se, assim, homenagem simultânea a esse jornal e ao autor do artigo o Dr. José Leitão de Barros, sócio fundador dos «Amigos de Lisboa».*

Igualmente autorizados, fazemo-lo acompanhar da reprodução da aguarela publicada no mesmo número que, como o artigo, reflecte a vida lisboeta de 1864.

É um brinde de Natal que fazemos aos nossos leitores.

29 de Dezembro de 1864. É uma quinta-feira, chuvosa, daquela chuva miúda que faz nascer camélias nas sombras escondidas dos quintais de Lisboa. Os gabões dos ovarinos e as carapuças dos mariolas do Terreiro do Paço acolhem-se aos portais dos palácios. Um ar cinzento e fino, morno da aragem que vem de Alcochete e do Montijo, e uma luz da madrugada, envolvem os casebres do Loreto numa atmosfera de «bodas molhadas» — que são as mais felizes.

Descalços, com barretes enfiados até às orelhas, um bando de garotos desemboca a correr pela Rua dos Calafates e faz estremecer no eco das paredes da Encarnação uma gritaria álacre:

— Cá está o «Notícias a dé-réis»!

Eduardo Coelho, o redactor revolucionário do «Conservador», que deixara a redacção de Rodrigues Sampaio, e o pacato e burguês Quintino Antunes, dono da Tipografia Universal do Bairro Alto, tinham-se dado as mãos, em segredo, para a grande aventura dessa manhã: saía o primeiro jornal do povo em Lisboa!

★

As costureiras olheirentas de Madame Aline levantavam já as cortinas de cassa do «atelier» elegante sobre o Chiado e na encosta da Rua das Flores cruzava-se com a rapazio que descia a carrocinha das compras do João da Mata, o grande cozinheiro, a transbordar de alcofas de lagostins e de mariscos, comprados na Ribeira Nova, antes de chegarem os «almotacés» da Câmara, para não pagar o imposto do pescado.

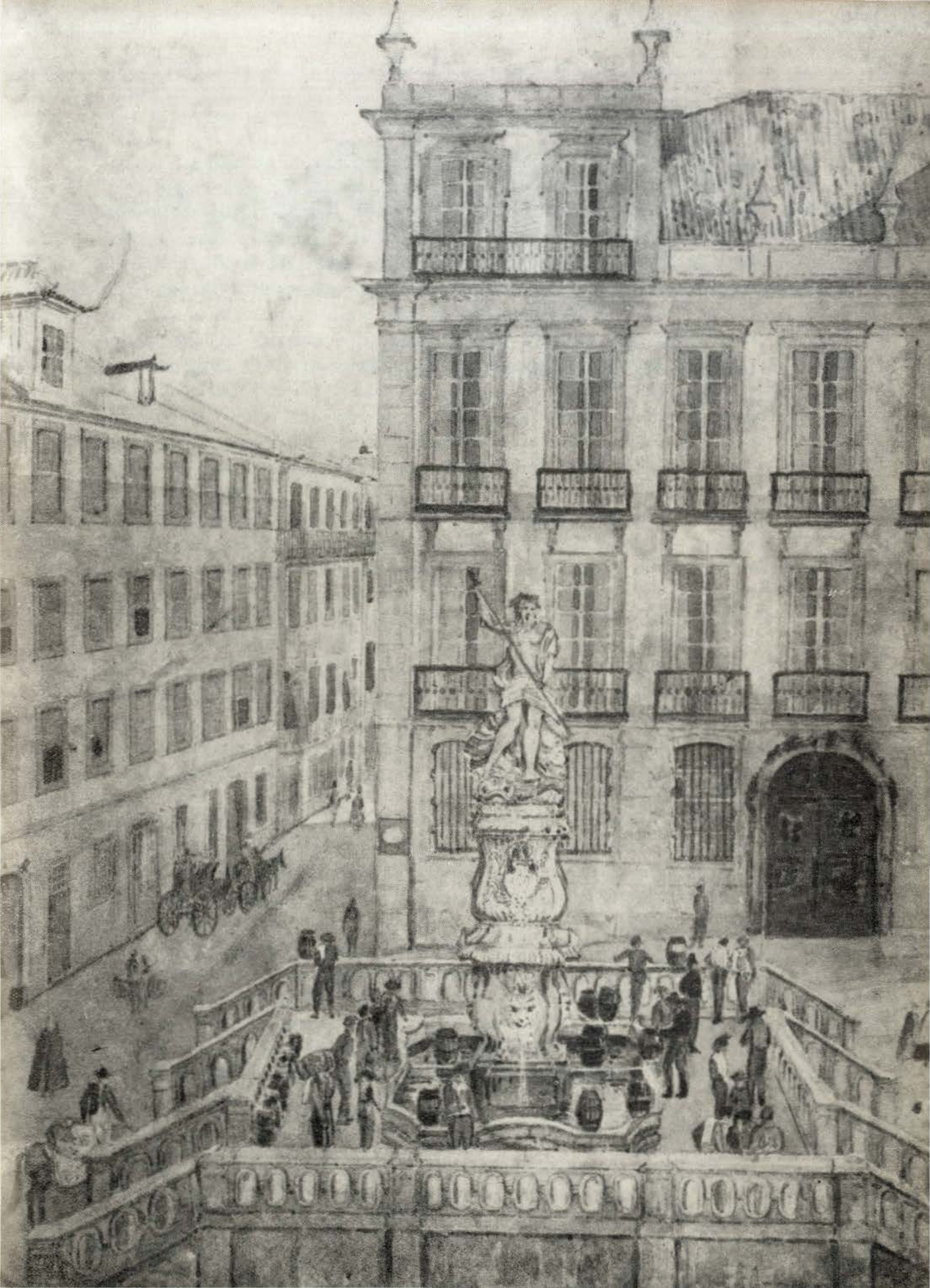
Os barqueiros escolhiam aprestos e remos nas oficinas dos Remolares e as seges, espreguiçadas, as diligências do arrabalde, as éguas dos almocreves, os tabuleiros da «broa-alva» especados ao longo do arruamento sob os toldos embebidos em óleo de peixe — esperavam a freguesia.

À chegada dos primeiros varinos da gazeta nova, que alguns supunham ser um bando de fugitivos a anunciarem uma sedição de tropas, os algibebes e os fanqueiros locais chegaram às portas a acalmarem logo o povoléu alvoroçado. E compraram os primeiros «Diários de Notícias» — tal como ainda hoje fazem, à hora do café da manhã.

Às 10 horas não havia já um jornal, e no Chiado, ainda antes do almoço, em frente ao Chafariz, na esquina entre todas célebres, andavam os raros exemplares de mão em mão, sob o espanto dos olhares. Um digno par do reino, lançando a luneta, formulou a solene profecia (que é ainda hoje a grande atitude portuguesa perante os movimentos de renovação e de progresso): — Mais um pasquim? Hás-de ir longe...

★

Eduardo Coelho não dormira, mas Quintino Antunes, que deixara o jornal pronto às 6 da tarde, só voltou na madrugada seguinte para receber, de contado, as folhas levantadas. Os vendedores tinham um capataz res-



O CHAFARIZ DO CHIADO
(Aguarela datada de Março de 1864 de autor desconhecido)

ponsável e foram arrebanhados na Rua das Madres, à Madragoa, com um pataco garantido por semana. Esta cidade, que bocejava ante o mistério do mundo para além dos Pirenéus — e estava farta de ouvir o diálogo eterno entre o Governo e a Oposição —, perante o aparecimento dum jornal que lhe contava, com simplicidade, a sua respeitosa indiferença por tudo que não fosse de interesse geral e nacional, não podia deixar de aceitá-lo bem. Era a massa desse público que, representando o povo, na sua imensa maioria, deixava às pequenas «élites» o encargo de o dirigir e de o administrar. O seu programa do 1.º número seria, ainda hoje, o preâmbulo de uma lei de Imprensa. Ele próprio proclamava o respeito pela vida privada, o horror à polémica estéril, a alta função da Imprensa, de informação imparcial, o acato à autoridade, o estímulo para as acções nobres e para as campanhas humanitárias, a linguagem comedida, o respeito pelo leitor.

Nessa Lisboa, a que não faltava o frenesim de ansiedade e de inovação, que ocupou quase toda a segunda metade do século XIX, e cuja gozadora superficialidade na «belle-époque» não invalida a estrutura consciente e admirável da sua vida de arte e de espírito, encontramos ainda avós e bisavós de gente conhceida hoje e que foram a grande roda da aristocracia artística neste último século da vida portuguesa: a modista Madame Villaret, o vioncelista Stiquini, o primeiro-violino Cottinelli, os Keil, a costureira «modeliste» Madame Burnay e tantos outros cujos nomes se fizeram familiares, e onde os Daupias, os Arroyo, os Carvalho Monteiro (desde o rei D. Fernando) faziam gala de «grands connaisseurs», e onde pontificavam Garrett, Herculano, Mendes Leal, Pinheiro Chagas, Teófilo Braga, Lopes Mendonça, e, depois, Fialho, Oliveira Martins, Ramalho, Eça, Antero e o grupo dos «Vencidos», para só falar de índices de alto espírito.

Nem faltavam sequer os cronistas da cidade, que, como Castilho, Júlio César Machado, Pinto de Carvalho, Bulhão Pato e outros, constituíam um grupo de figuras que desmentem, com eloquência, a nossa pobreza mental de então.

No jornalismo, na pintura, na crítica de arte, na escultura, na música, que riquíssimo foi esse caudal de portugueses! Quem faria hoje melhor artigos de investigação do que um Vilhena Barbosa, um Sousa Viterbo ou que um Brito Aranha, ou que um Cândido de Figueiredo, que se fixaram em centenas de números do «Diário de Notícias»? São esses velhos pergaminhos títulos de honra de um jornal. E são pergaminhos nossos.

★

O rei era um artista e tinha aristocrática curiosidade de músico e de literato. A rainha trazia com ela o sangue de Itália. O Parlamento era um espectáculo e Fontes uma «vedeta» que principiava, levando a S. Bento as «tournures» mais elegantes à Benoiton e as cabeleiras mais frisadas que ensinava a Levaillant, enluvadas por Madame Brun (a mãe de André Brun), que morava a S. Bento. Os homens barbeavam-se no Zé-Maria, o «Situação», nome fatídico para os fígaros. Casimiro Dantas (pai de Júlio Dantas) esboçava no «Ocidente» as suas primeiras crónicas de elegância. Toda a cidade era uma enorme família conhecida. Os príncipes subiam à tarde o Chiado, com o sol das Portas de Santa Catarina a bater-lhes nos olhos azuis, sobre os mansos cavalos negros de Alter. E a espirituosa Maria Krus — cujo salão à Rua Formosa era uma acrópole do espírito — empertigava-se, erguida na «milord» em longo cumprimento, envolta no seu «mantelete» de peluche azul-turquesa que era a cor de Maria Pia, a ruiva Saboya, rainha de ofício e soberana de direito.

★

Os ardinas! Como vai longe o tempo desse formigueiro da colónia de Ovar! Há dias, Carolina Homem Cristo contava-me que um rapaz da venda pedira 200 exemplares do número de Natal da sua revista e, no momento de liquidar, sacou de um livro de cheques e pagou sobre a sua conta no Ultramarino...

Se é certo que nem todos terão conta bancária, esse pequeno intermediário que faz ou desfaz um jornal encontrou, desde quando nasceu, um sólido avô neste grande diário. À sombra desta imensa árvore de papel, quantos milhares de lares se constituíram, quantas economias fecundaram em pequenos patrimónios por esse País fora, quantas gerações renovaram os trinta ardinas dessa manhã chuvosa — como a das bodas felizes. Por isso a sua figura ligeira está junto do fundador da gazeta na memória de bronze de São Pedro de Alcântara.

Figura do Povo — ela está ali por direito. Nem este jornal nunca quis ser mais do que feito para o Povo — e com ele.

Feira da Ladra

Uma esplanada na placa central do Rossio

No ano de 1876, o Sr. Charles ou Henrique Marnay, propôs-se perante a Câmara Municipal de Lisboa estabelecer no centro daquela mais popular praça citadina, um serviço de venda de refrescos, em 2 quiosques do modelo apresentado, dispensando a distracção de boa música, que os clientes podiam ouvir sentados em óptimas cadeiras e poltronas de ferro, pelo preço de 50 réis. Em troca da concessão, o empresário daria ao Município, 1/20 dos lucros líquidos, tornando mais potente a iluminação do largo. Este, já de há muito tempo estava calcetado, pela forma atraente que resultou do belo conjunto de ondas pretas e brancas, hoje recordadas num pequeno círculo ao redor da estátua de D. Pedro IV, inaugurada em 29 de Abril de 1870. Aquele trabalho foi, como se sabe, quase todo feito pelos grilhetas do Castelo de S. Jorge e ficou concluído em 31 de Dezembro de 1849.

A proposta surgiu na sessão de 3 de Agosto e foi submetida à discussão em 30 de Outubro seguinte, com o parecer favorável do vereador Francisco Lourenço da Fonseca, que se fundamentou no que se fazia lá fora, principalmente em Paris. O Sr. Rosa Araújo, que votou contra, rebateu largamente a pretensão, por entender que ela fazia obstruir a praça, preferindo que a concessão fosse dada para o Largo da Estrela, Praça do Príncipe Real ou qualquer outro sítio adequado. Finalmente, posta à votação, a proposta sofreu um empate, tendo o Sr. Presidente, com o seu voto de qualidade, decidido a favor dos desejos do requerente.

Faziam parte da vereação os Srs. Luís de Almeida e Albuquerque (presidente), José Gregório de Rosa Araújo, Vitoriano Estrela Braga, Dr. Joaquim José Alves, Francisco Simões Carneiro, Francisco Lourenço da Fonseca, Luís Manuel da Costa, Joaquim António de Oliveira Namorado, José Elias Garcia, José Carlos Nunes, Zófimo Pedroso Gomes da Silva e Luís Caetano da Guerra Santos.

Mestre Júlio de Castilho, que fez menção deste caso na sua monumental *Lisboa Antiga* (vol. 10.º, pág. 117), confessa não saber o que se resolveu, crer que não foi aprovada a proposta e que a Câmara «pôs pedra em cima do negócio».

Não é bem assim, como se viu, e pode confirmar-se pela leitura das actas da Câmara do ano referido. É certo, porém, que, aprovada ou posta de parte, a ideia não chegou a ter realização.

M. C.

Um projecto de engrandecimento do Parque Eduardo VII

O Parque Eduardo VII, assim chamado em 1903, por ocasião da visita do Chefe da nação inglesa nossa aliada, tem sido um grande campo de ensaio de muitas fantasias, mas de poucas realidades. Entre os inúmeros projectos de obras a realizar, está incluída a iniciativa de um particular, que teve em mira transformar radicalmente o desafortunado Parque da Liberdade, que há muito podia ser um vastíssimo lugar de recreio, já que houve sempre a teimosia de não talhar nele a continuação da Avenida da Liberdade, outra desventurada artéria de Lisboa.

Essa ideia partiu do Sr. Henrique Augusto Vieira de Castro, nascido no Porto, banqueiro e capitalista na Madeira, que projectou fazer do antigo Monte Almeida, tão malfadado, esquadrinhado, retalhado e nunca acabado, um grande centro de turismo e de beleza, para regalo da vista e bom crédito da cidade.

O proponente dirigiu-se à Câmara Municipal de Lisboa, em 23 de Abril de 1923, pedindo a concessão, pelo prazo de 50 anos, de toda a área do Parque, com a obrigação de construir, ajardinar e arborizar os seus terrenos; edificar um grande hotel de luxo, com o mínimo de 200 apartamentos; levantar um palácio para exposições de arte, indústria, agricultura e flora nacionais; um luxuoso restaurante e bar, com salão de concertos, danças e animatógrafo; e um estádio para jogos olímpicos, *foot-ball*, ténis, etc. Acesso público a todo o parque, ficando apenas reservado o direito à exploração dos recintos fechados. Em contrapartida, o proprietário comprometia-se a concluir, à sua custa, o monumento ao Marquês de Pombal e a dividir com o Município, em partes iguais, os lucros líquidos para além de 15 % do capital empregado, deduzindo-se 10 % para amortização do mesmo capital. No fim da concessão, todos os edifícios entrariam na posse da Câmara, com excepção do hotel e de uma faixa de 40 metros de largo do terreno em volta do edifício.

O plano foi apresentado em sessão de 1 de Maio de 1923, largamente estudado pelos serviços competentes, debatido em várias datas e finalmente aprovado. Mas só isto, porque o mau signo não abandona esse parque, de tantíssimas possibilidades urbanísticas, onde nos últimos tempos lhe foi implantada à ilharga uma construção imprópria do local, para uso do *metropolitano*. O que se seguirá?

M. C.

ACTIVIDADE CULTURAL

no Trimestre Passado

POR ser de férias o mês de Outubro, a actividade cultural do último trimestre de 1958, começou em 8 de Novembro. Realizaram-se visitas de estudo nos sábados 8, 15 e 22 e domingos 9, 16 e 23 ao Museu Nacional de Arte Antiga, visitas *largamente concorridas* à Secção de Pintura Portuguesa, dirigidas pelos nossos consócios Srs. Dr. João Couto, ilustre director do Museu, Eng. João dos Santos Simões, conservador e crítico de Arte e Abel Moura, conservador do Museu. Estas visitas que tiveram *larga concorrência* e repercussão notável nos meios artísticos da capital permitiram observar, em detalhe, e com eruditas explicações, as obras dos séculos XVI a XIX em que avultam os primitivos atribuídos a Nuno Gonçalves e obras de Vasco Fernandes, Francisco de Holanda, Cristóvão de Figueiredo, Gregório Lopes, Frei Carlos, Josefa de Óbidos, Vieira Lusitano, Domingos Sequeira, Vieira Portuense e outros.

A 13 de Novembro realizou-se na sede a 25.ª sessão de *Colóquios Olisiponenses*. Presidiu o Secretário-Geral e foram oradores o ministro plenipotenciário Dr. Amadeu Ferreira de Almeida, que falou de *Coisas que faltam em Lisboa* e D. Guida Keil, que apresentou o livro *Recordações*, de Jácome Raton. Ambos os oradores a-propósito dos seus temas produziram interessantes e elegantes exposições, o primeiro, aludindo e sugerindo certas modificações à urbanização de Lisboa, inspiradas nas suas numerosas viagens ao estrangeiro; a segunda focando a época e a figura de Jácome Raton através da sua obra citada.

Não pôde realizar-se, por motivo de doença, tendo sido adiada para data a fixar ulteriormente, a conferência anunciada do nosso

consócio Sr. Cap. Júlio da Costa Pinto sobre *Santarém — a capital do Gótico.*

Em Dezembro realizaram-se visitas de estudo à «Fundação Ricardo Espírito Santo», nos sábados 6 e 13 e nos domingos 7 e 14, sob a direcção do seu director Sr. Dr. Guilherme Possolo coadjuvado pela conservadora Sr.ª D. Maria Vaz Pereira e pelo Sr. Conde de Moser. A estas visitas, em que colaboraram eficientemente vários funcionários da Fundação, associaram-se grande número de sócios que interessados apreciaram as valiosas colecções do Museu e as instalações da Escola de Artes Decorativas anexa.

A 18, na sede, realizou-se a 26.ª sessão de *Colóquios Olisiponenses,* em que tomaram parte os consócios Sr. Mário Costa e Coronel Mário Xavier de Brito, tendo o primeiro falado sobre *Bailarinas em S. Carlos — lutas ,duelos, aplausos e pateadas,* fazendo reviver uma época áurea do nosso Teatro Lírico na sua fase romântica; e o Coronel Xavier de Brito que, em impressões de viagem recente, ao estrangeiro, nos falou das dificuldades do trânsito rodoviário da capital, tendo para o assunto apresentado algumas sugestões pessoais. Presidiu a esta sessão o Secretário-Geral secretariado pelos sócios fundadores e também directores Sr. Dr. Eugénio Mac-Bride e Hugo Raposo.

ACÇÃO CULTURAL

Durante o ano de 1958

COLÓQUIOS OLISIPONENSES

Janeiro

30 – Com a colaboração dos Srs. Alfredo Ferreira do Nascimento, Eduardo Portugal e Mário Costa.

Fevereiro

27 – Com a colaboração da Sr.ª D. Julieta Ferrão e do Sr. Mário de Sampayo Ribeiro.

Março

20 – Com a colaboração dos Srs. Alfredo Ferreira do Nascimento, e Mário Sande Freire.

Abril

24 – Com a colaboração dos Srs. Dr. Amadeu Ferreira de Almeida, Eduardo Portugal e Hugo Raposo.

Junho

19 – Com a colaboração dos Srs. Alfredo Ferreira do Nascimento e Mário Sande Freire.

Julho

17 – Com a colaboração dos Srs. Alfredo Ferreira do Nascimento e Doutor Eduardo Augusto da Silva Neves.

Novembro

13 – Com a colaboração da Sr.ª D. Guida Keil e do Sr. Dr. Amadeu Ferreira de Almeida.

CONFERÊNCIAS

Janeiro

24 – *Documentos de seguro emitidos em Lisboa*, pelo Sr. Dr. Luciano José de Oliveira Ribeiro.

Março

28 – *Uma Quermesse de caridade na Real Tapada da Ajuda em 1884*, pelo Sr. Mário Costa.

Maio

15 – *O Colégio de Meninos órfãos de Jesus, da Mouraria, sua projecção no Ultramar Português e o mais que dele se disser*, pelo Sr. Francisco Oliveira Martins.

22 – *A Torre de Belém*, pelo Sr. Alfredo Ferreira do Nascimento.

Junho

26 – *Francília, Pastora do Tejo*, pela Sr.ª D. Guida Keil.

Julho

6 – *No Adro da Igreja de Santo Estêvão, O Elogio de Alfama*, pelo Sr. Manuel Ferreira de Andrade.

EXPOSIÇÕES

Janeiro

11 – *Exposição de documentos de seguro*, da colecção do Sr. Dr. Luciano José de Oliveira Ribeiro.

Março

28 – *Exposição evocativa duma quermesse de caridade na Real Tapada da Ajuda*, organização do Sr. Mário Costa.

Maio

22 – *Exposição biblio-iconográfica sobre a Torre de Belém, organizada* pelo Sr. Alfredo Ferreira do Nascimento.

VISITAS DE ESTUDO

Janeiro

26 – Ao *Museu da Cidade*, no Palácio da Mitra, dirigida pela Sr.ª D. Julieta Ferrão.

Março

15 – Às novas instalações da *Escola Técnica Elementar Francisco de Arruda*, dirigida pelo Sr. Dr. Calvet de Magalhães.

Abril

16, 17 e 18 – À *Favorita*, Fábrica de Chocolates, dirigidas pelos Srs. Mário Aguiar Pina e Augusto Gonçalves.

Junho

29 – Aos *Monumentos de Montemor-o-Novo*, dirigida pelo Sr. Coronel Armando José de Matos.

Julho

6 – À *Igreja de Santo Estêvão*, dirigida pelo Rev. Pároco Sr. Padre Vítor Roberto dos Santos e pelo Sr. Ferreira de Andrade.

Agosto

10 – À *Estação Zootécnica Nacional*, na Ribeira de Santarém, e alguns monumentos de Santarém, dirigidas respectivamente pelos Srs. Dr. José Carrilho Ralo e Capitão Júlio da Costa Pinto.

Novembro

8, 9, 15, 16, 22 e 23 – Ao *Museu Nacional de Arte Antiga*, Secção de Pintura Portuguesa, dirigidas pelos Srs. Dr. João Couto, Eng. João dos Santos Simões e Conservador Abel Moura.

Dezembro

6, 7, 13, e 14 – À *Fundação Ricardo Espírito Santo*, dirigidas pelos Srs. Dr. Guilherme Possolo, Conde de Moser e D. Maria Vaz Pereira.

OUTRAS REALIZAÇÕES

Janeiro

29 – Descerramento duma lápida no prédio n.º 286 da Rua dos Fanqueiros, a assinalar o local onde nasceu o Sr. Dr. Alberto Mac-Bride, sócio fundador, Vogal da primeira Junta Directiva e Presidente da Assembleia Geral do Grupo, e ilustre olisipógrafo.

Maio

– Participação na Feira do Livro, a convite do Grémio Nacional dos Escritores e Livreiros de Portugal.

30 – Audição de Música Sacra Portuguesa dos séculos XV e XVI, na Igreja S. Roque, pela *Polyphonia* da direcção do Sr. Mário de Sampayo Ribeiro, e por ele oferecida e dedicada ao nosso Grupo.

Junho

13 – Dois Passeios no Tejo, com visita ao Montijo, e a colaboração do Sr. Jorge Rebelo e sua esposa a ilustre declamadora Sr.ª D. Lucinda Rebelo.

POUSADAS DE PORTUGAL

PARA se reconhecer a verdadeira face de Portugal e as suas belezas reais, nada mais indicado do que um circuito pelas suas tão características Pousadas de Turismo.

Situadas nos pontos mais pitorescos do País, decoradas e mobiladas ao gosto local, com saborosa e variada comida regional — dentro da melhor tradição portuguesa — as POUSADAS oferecem generosamente ao viajante, por preço excepcionalmente módico, o conforto e a intimidade de uma casa particular, onde ele tem sempre a certeza de encontrar o tradicional acolhimento português, que é a expressão do próprio País.

Ao falar-se do turismo português, não pode, em verdade, ignorar-se o que representa no seu desenvolvimento a criação desses típicos albergues de ambiente agradável e acolhedor.

Lugares de repouso, de tranquilidade, eles representam incontestàvelmente uma das realizações mais interessantes da actividade do turismo nacional.

E o que é também notável e merece que se divulgue, é que o exemplo destes pequenos estabelecimentos, a sua lição de bom gosto, foi ràpidamente compreendida e seguida pelos industriais de hotelaria. Resultou, assim, que muitos pequenos hotéis de província construídos ùltimamente, foram já levantados ao jeito das POUSADAS, copiando o seu estilo — tudo o que nelas é característico: claridade, limpeza e conforto.

Alcançou-se desta forma e com pleno êxito o objectivo em vista pelo Estado: estimular o desenvolvimento da indústria hoteleira, elevar o nível do bom gosto, tornando assim mais agradável, mais acolhedora a tradicional hospitalidade da terra lusitana.

Pousada do Barão de Forrester

ALIJÓ

Situação: Na estrada do Pinhão a Murça. A 45 kms. de Vila Real; a 3 kms. de Sabrosa; a 16 kms. do Pinhão e a 26 kms. de Murça.

Pousada de Santo António

SERÉM – MOURISCA DO VOUGA

Situação: Lugar de Serém, freguesia de Macinhata do Vouga (Águeda) junto à Estrada Nacional n.º 1 (Lisboa-Porto), 0,500 kms. ao norte da ponte sobre o rio Vouga.

Pousada de São Lourenço

SERRA DA ESTRELA – MANTEIGAS

Situação: Na Serra da Estrela a 3 kms. das Penhas Douradas; a 24 kms. ao sul de Gouveia e a 14 kms. ao norte de Manteigas.

Pousada do Castelo

ÓBIDOS

Situação: A 6 kms. de Caldas da Rainha e a 11 kms. do Bombarral.

Pousada de São João Baptista

BERLENGA

Situação: Na Ilha da Berlenga.

Pousada de São Martinho

ALFEIZERÃO

Situação: Ao Km. 229 na estrada de Lisboa ao Porto, em Alfeizerão – entre Caldas da Rainha e Alcobaça – junto à estrada, na rampa de Alfeizerão.

Pousada de Santa Luzia

ELVAS

Situação: Fora das muralhas de Elvas, a 200 metros da cidade, junto à Estrada Nacional de Lisboa a Badajoz.

Pousada de São Tiago

SANTIAGO DO CACÉM

Situação: Junto à Estrada Nacional, na descida para Santiago do Cacém.

Pousada de São Brás

S. BRÁS DE ALPORTEL

Situação: Na Serra do Caldeirão, junto à Estrada Nacional, a 12 kms. ao sul do cruzamento do Barranco do Velho e a 2,500 kms. ao norte de S. Brás de Alportel.

Pousada de São Gonçalo

SERRA DO MARÃO – AMARANTE

Situação: Entre Amarante e Vila Real, no lugar da Bela Vista, perto do Alto do Espinho, no limite do distrito do Porto, a 885 m. de altitude.

LIVROS

EDIÇÕES DO GRUPO E DOS SÓCIOS
À VENDA NA SEDE

VÁRIA	PREÇOS	
	Sócios	Público
Noite de evocação do Leão de Ouro	13$50	15$00
Urbanização de Lisboa	4$50	5$00
A Cor de Lisboa	13$50	15$00
Olisipos (estão esgotados os números 1, 2, 8, 9, 10, 11, 14, 15, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 24, 27, 34, e 43) ... cada, dos que existem,	18$00	20$00
Evocação do Café-Restaurante Tavares	4$00	5$00
Jantar de Confraternização na Casa do Leão	4$00	5$00
A. VIEIRA DA SILVA		
O Castelo de S. Jorge	13$50	15$00
A Ponte de Alcântara	13$50	15$00
Os Paços dos Duques de Bragança em Lisboa	13$50	15$00
Fantasias sobre a origem do nome de Lisboa	13$50	15$00
DR. ALFREDO DA CUNHA		
Olisipo berço do periodismo português	13$50	15$00
ALFREDO FERREIRA DO NASCIMENTO		
Algumas achegas para a História da Defesa de Lisboa	13$50	15$00
Os Banhos da Rocha do Conde de Óbidos	13$50	15$00
O Quartel de Campolide	13$50	15$00
O Quartel do Regimento do Conde de Lippe	13$50	15$00
A Torre do Bugio	18$00	20$00
DR. ANTÓNIO QUADROS FERRO		
O Enigma de Lisboa	7$00	7$50
ANTÓNIO RIBEIRO DA SILVA E SOUSA		
A Igreja e o Sítio de Santo Estêvão	13$50	15$00
O Campo de Santa Clara	13$50	15$00
Ronda e Silva de Lisboa Velha	9$00	10$00
Bagatelas de tempo vário	9$00	10$00
AUGUSTO CASIMIRO		
Lisboa Mourisca	18$00	20$00

DR. EDUARDO NEVES

Homenagem a Matos Sequeira...	13$50	15$00
Um Arcebispo-Primaz natural de Lisboa	13$50	15$00
João Alberto Pereira de Azevedo Neves	13$50	15$00
Um desenho a pena da autoria de Júlio Castilho	13$50	15$00
Uma recordação sebástica no Sítio da Luz	18$00	20$00

F. A. GARCEZ TEIXEIRA

A Irmandade de S. Lucas	13$50	15$00

P.E FRANCISCO LEITE FARIA

Lisboa e S. Lourenço de Brindes	13$50	15$00
Alvoroço na Lisboa setecentista	13$50	15$00

FERREIRA DE ANDRADE

Relação das casas foreiras...	22$50	25$00
O Senado da Câmara e a Guerra Civil	27$00	30$00
Três Touradas no Terreiro do Paço	13$50	15$00
Guia do Olisipo n.os 1 a 11 .. .. cada	7$50	8$00
» » » n.os 12 a 21 ... ... cada	9$00	10$00
Visite Lisboa, 5.ª ed.	81$00	90$00
Vinte e cinco anos na vida duma capital	54$00	60$00
Portugal País de Turismo, 2.º, 3.º, 4.º e 5.º vols. ... ... cada	135$00	150$00
Idem, idem, 6.º vol.	162$00	180$00
Lisboa das sete colinas	36$00	40$00
Lisboa vista em 5 dias	13$50	15$00

DR. GILBERTO MONTEIRO

Esboço histórico do Hospital de Belém	18$00	20$00
D. Gilberto	13$50	15$00

GUSTAVO DE MATOS SEQUEIRA

Auto de S. João	9$00	10$00
Lisboa (Comédia)	18$00	20$00

HENRIQUE LINHARES DE LIMA

Vultos e sombras medievais	45$00	50$00

HUGO RAPOSO

Primeiro circuito da Lisboa Moderna em transporte colectivo ...	9$00	10$00

JOÃO MONTEIRO

Estrada de Sacavém	27$00	30$00

JOAQUIM ROQUE DA FONSECA

A Urbanização de Lisboa	13$50	15$00

LUÍS MOITA

O Metropolitano e as «Sete Colinas» Olisiponenses	7$00	7$50

LUIZ PASTOR DE MACEDO

A Baixa Pombalina	6$70	7$50
A Rua das Canastras	7$20	8$00
Críticas, Correcções e aditamentos à «Lisboa de ontem e de hoje» do Sr. Paulo Freire	9$00	10$00
Notícias e registos curiosos extraídos dos livros paroquiais da Freguesia da Sé	9$00	10$00
Ascendentes de Camilo	13$50	15$00

LUÍS TEIXEIRA

O «Diário de Notícias» e o Século XIX	4$50	5$00

LUÍS TRINDADE

Janelas de Alfama	18$00	20$00

DR. MANUEL VICENTE MOREIRA

O Problema da Habitação	27$00	30$00

MÁRIO COSTA

Da Rua Nova à Rua dos Capelistas	18$00	20$00
Festas do Casamento da Infanta D. Catarina de Bragança com Carlos II de Inglaterra	9$00	10$00
Duas Curiosidades Lisboetas — O Balão do Arsenal e o Tiro da Escola Politécnica	13$50	15$00
O Sítio de Santo Amaro	18$00	20$00
O Palácio do Manteigueiro	18$00	20$00

MÁRIO SAMPAIO RIBEIRO

A Igreja e o Convento da Graça	13$50	15$00
Do Sítio do Restelo e das suas Igrejas de St.ª Maria de Belém	45$00	50$00
A propósito da inscrição sepulcral do fundador da Ermida de N. S. da Oliveira de Lisboa	18$00	20$00

NORBERTO DE ARAÚJO

Pequena Monografia a S. Vicente...	9$00	10$00

RUY DE ANDRADE

Como o artista Alfredo de Andrade encarava alguns problemas da edilícia citadina	9$00	10$00

DR. RUY DIQUE TRAVASSOS VALDEZ

Subsídios para Heráldica Tumular Moderna Olisiponense...	45$00	50$00
A Quinta da Torrinha ao Vale do Pereiro	18$00	20$00

TINOP

Lisboa de Outrora, 1.°, 2.° e 3.° vols.... ... ... cada	13$50	15$00

MONTEPIO GERAL

ASSOCIAÇÃO DE SOCORROS MUTUOS

Fundada em 1840

Modalidades de Previdência:

PENSÕES DE SOBREVIVÊNCIA E DOTES
RENDAS VITALÍCIAS A FAVOR DE PESSOAS CERTAS
SUBSÍDIOS PARA FUNERAL E LUTO

Em 1957

Recebeu dos seus Associados	5.053 Contos
Pagou aos seus Pensionistas	24.662 Contos

CAIXA ECONÓMICA DE LISBOA (Anexo ao Montepio Geral)

Recebe Depósitos a Ordem e a Prazo — Recebe Depósitos em condições especiais para menores — Realiza empréstimos e outras operações bancárias.

SEDE EM LISBOA	FILIAL NO PORTO	AGÊNCIAS em
Rua Áurea, 219 a 241	Avenida dos Aliados 90	Coimbra, Évora e Faro

COMPANHIA DE SEGUROS FIDELIDADE

FIDELIDADE 1835

SEGUROS EM TODOS OS RAMOS

CAPITAL E RESERVAS

289 MIL CONTOS

CORRESPONDENTES EM TODO O PAÍS

Sede: Largo do Corpo Santo, 13 – Lisboa – Tel. 20381

A

LEGAL & GENERAL

agradece aos

«AMIGOS DE LISBOA»

a preferência que lhe têm dado, para os seus contratos de seguros

Capital e Reservas:

220 MILHÕES DE LIBRAS

CORRESPONDENTE:

Rua da Madalena, 80, 1.º — LISBOA

COMPRAMOS

LIVROS DE BONS AUTORES

—

Grandes e pequenas quantidades

—

LIVRARIA «ECLÉTICA»

Calçada do Combro, 58

Telef. 2 8663 LISBOA

FRANCISCO SOARES DA SILVA

Limitada

PASSAMANARIAS

DESDE

1840

•

Travessa da Fábrica dos Pentes, 4-A

LISBOA

Pérola do Rossio

Limitada

Casa especializada em Chá, Café, Bolachas, Bombons e Chocolates

Envio de encomendas
para
Todo o País e Estrangeiro

Rossio, 105 • Lisboa • Telef. 20744

Na

LIVRARIA PORTUGAL

... encontra V. Ex.ª livros sobre todos os assuntos escritos nas principais línguas europeias

Damos informações bibliográficas e aceitamos encomendas para todos os países

•

LIVRARIA PORTUGAL

Rua do Carmo
70

Telefones: 30582 – 30583 – 28220
Secção de revenda e armazéns
Rua da Oliveira ao Carmo, 21-23

LISBOA-2

Casa Maciel, Lda.

CASA FUNDADA EM 1810

Premiado nas exposições de Rio de Janeiro 1922, Barcelona 1929, e Indústrial Portuguesa

FABRICANTE DE
LANTERNAS
em todos os estilos

Sortido completo em louças, folha de Flandres, ferro esmaltado, alumínio, Porcelanas, vidros e artigos de ménage

Tel. 22451
63, Rua da Misericórdia, 65 – LISBOA

ALBANO DE SOUSA & BARBOSA, LDA.

LIVRARIA PAPELARIA

Material Escolar / Equipamento para Escritório / Grande sortido em canetas e lapiseiras das melhores marcas / Assistência Técnica / Sortido sem paralelo em Álbuns para Fotografias

Visite a nossa casa *(50 anos de existência)*

INSTALAÇÃO PROVISÓRIA

Largo Martim Moniz – Pavilhão das Ourivesarias – Loja n.º 2 — LISBOA

GAIVOTAS, LDA.

FÁBRICA DE VIDROS E CRISTAIS

Fundada em 1811 Telefs. 6 631 77/78

Especializada em todo o género de vidraria para iluminação, frascaria para perfumaria e laboratórios e artigos domésticos

A alta qualidade do seu fabrico corresponde a preferência dada aos seus produtos por uma vasta Clientela da Metrópole, Ultramar e Estrangeiro

Fábrica: RUA DAS GAIVOTAS, N.os 14 a 24

Escritório: RUA DAS GAIVOTAS, N.° 20-C 1.°

Casa de venda ao público: RUA DAS GAIVOTAS, N.os 14 a 24 **LISBOA**

E. Pinto Basto & C.ª, Lda.

LISBOA

•

TRANSPORTES MARÍTIMOS E AÉREOS

CARVÃO

SEGUROS

REPRESENTAÇÕES (Industriais, etc.)

FOLHA DE FLANDRES E AÇOS

EXPORTAÇÕES

IMPORTAÇÕES

•

No Porto:

Kendall, Pinto Basto & C.ª, Lda.

FÁBRICA DE LOIÇA DE SACAVÉM (S. A. R. L.)

1850

TELEFONES P. P. C.:

2 4958 - 2 3902 - 3 5941 - 3 67276 - 3 6824

•

Faianças de Fantasia e de uso doméstico . Loiça Sanitária e de Grés Cerâmico . Azulejos . Mosaicos

A mais perfeita Fabricação

•

LISBOA - Av. da Liberdade, 49/57

PORTO - Rua dos Carmelitas, 40 Telef. 2 20 33

COIMBRA - Rua Dr. Rodrigues, 13 Telef. 2 35 44

FUNCHAL - R. de João Gago, 14

Casa Batalha

FUNDADA EM 1635

COMPANHIA DE DIAMANTES DE ANGOLA

(DIAMANG)

Sociedade Anónima de Responsabilidade Limitada

Com o capital de

ESC. 294.100.000$00

•

Pesquisa e extracção de diamantes

na

PROVÍNCIA DE ANGOLA

em regime de exclusivo

•

Sede Social: LISBOA, Rua dos Fanqueiros, 12-2.º – Teleg. DIAMANG

Presidente do Conselho de Administração
e
Administrador-Delegado
Com. Ernesto de Vilhena

Vice-Presidente
Com. Álvaro Morna

Presidente dos
Grupos Estrangeiros
Mr. Firmin Van Brée

•

DIRECÇÃO-GERAL NA LUNDA
Director-Geral
José Maria de Noronha Feyo

REPRESENTAÇÃO EM LUANDA
Representante
Dr. Sílvio Guimarães

CRISTÁLIA DE ARTE

de JOÃO BARREIRA, ALVES & DAMAS, LDA.

Oficina de: Biselagem, Espelhagem, Gravura e Foscagem / Colocação de vidros em montras e obras em Lisboa e Província

Discos para candeeiros / Vitrais para jazigos / Interruptores / Pára-briza / Portas de automóveis / Molduras / Espelhos / Vidraça / Vidro pulido Nacional e Estrangeiro

Largo da Graça, 26 e
Av. Marquês de Tomar, 51-55 - Tel. 84 98 37 LISBOA

CASA AFRICANA

PREÇOS FIXOS E MARCADOS EM TODOS OS ARTIGOS

ON PARLE FRANÇAIS

ENGLISH SPOKEN

Secção de Alfaiataria e Camisaria para Homens e Rapazes. Modas e roupa branca para Senhoras e Crianças. Sedas e Veludos, Lãs, Malhas, Algodões, Cintas e Soutiens. Decorador-estofador. Peles confeccionadas e a retalho. Retrosaria. Luvaria, Perfumaria e todos os artigos para HOMENS, SENHORAS E CRIANÇAS

Rua Augusta, 161 – Telef. 2 42 64-65 P. B. X.
LISBOA

Rua Sá da Bandeira, 166 – Telef. 1361 P. B. X.
PORTO

Edifício do Cruzeiro — ESTORIL

BERTRAND (IRMÃOS), LDA.

Artes Gráficas

FOTOGRAVURA
TIPOGRAFIA
LITOGRAFIA
ROTOGRAVURA
"OFFSET" - DESENHO

Travessa da Condessa do Rio, 7
Telef. 21368 - 21227 - 30054 — LISBOA

Companhia Nacional de Navegação

Sede: Rua do Comércio, 85 — L I S B O A — Telefones 2 30 21 e 2 30 26
Sucursal: R. Infante D. Henrique, 73 — PORTO — Telefones 2 24 38 e 2 24 39

Serviço rápido de carga e passageiros para a África Ocidental e África Oriental, Oriente e Norte da Europa

UMA FROTA AO SERVIÇO DA NAÇÃO E DO IMPÉRIO

Navios de passageiros	Tons. D. W.	Tons. desloc.
Moçambique	9.423	18.220
Angola ...	9.550	18.250
Niassa ...	9.706	16.330
Quanza ...	6.230	11.550
Índia	6.655	11.677
Timor ...	6.655	11.677
Zambézia ...	1.857	3.538
Lúrio	1.857	3.538
Save	1.330	2.680

Navios de carga	Tons. D. W.	Tons. desloc.
Sofala	12.145	18.520
Moçâmedes ..	9.120	12.990
Rovuma	9.120	12.990
S. Tomé ..	9.050	12.550
Nacala	3.370	5.130
Tagus	1.532	2.581
Chinde	1.543	2.592
Angoche ..	1.630	2.320

Em construção:

Príncipe Perfeito ... ... — 20.000

CAMILO CASTELO BRANCO

O mais apreciado e o mais português de todos os romancistas

Edição popular das suas principais obras em

80 VOLUMES

CONHEÇA
LEIA
APRECIE
DIVULGUE

CAMILO

Edições da

Parceria António Maria Pereira
RUA AUGUSTA, 44 A 54
Telef. 31730 : End. Teleg. PARCEPEREIRA

SPORT ALGÉS E DAFUNDO

FUNDADO em 15 de Junho de 1915, para se dedicar exclusivamente à Natação, o Sport Algés e Dafundo em breve alargou o âmbito das suas actividades desportivas, nunca deixando de marcar lugar preponderante nas diversas modalidades que pratica; tais como: Polo Aquático, Vela, Saltos Artísticos, Bailados Aquáticos, Ténis, Pesca Desportiva, Vela, etc. . . .

Desde 1930 que o Sport Algés e Dafundo é campeão nacional de natação na grande maioria das provas disputadas.

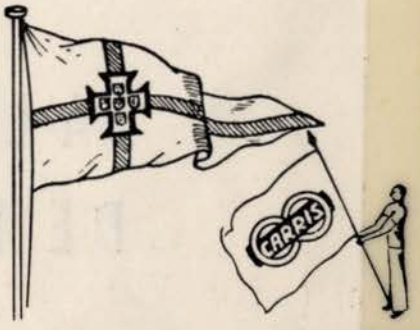
Em Basquetebol foi campeão regional na época de 1949/50; e ainda recentemente a sua secção de ginástica feminina conquistou um brilhantíssimo 1.º lugar, revelando excepcionais possibilidades para um futuro próximo.

São cerca de 400 os troféus ganhos por este Clube.

O seu Estádio Náutico, inaugurado em 1930, é, ainda hoje, a única piscina de clubes desportivos que possui dimensões oficiais.

O Sport Algés e Dafundo foi oportunamente considerado instituição de utilidade pública; possui a Comenda da Ordem de Cristo e Oficialato de Benemerência, a Medalha de Ouro do Instituto de Socorros a Náufragos; e as de prata da Câmara Municipal de Oeiras e Bombeiros Voluntários de Algés.

Não é o Sport Algés e Dafundo uma instituição desportiva de Lisboa; mas a sua projecção é tão vasta e profunda que muito nos honramos incluindo o seu nome nesta série de resenhas que estamos a publicar.



SENA SUGAR ESTATES, LTD.

Plantações e Fábricas de Açúcar em

LUABO

e

MARROMEU

PROVÍNCIA DE MOÇAMBIQUE

NA LISBOA
DE ONTEM

E

NA LISBOA
DE HOJE

COMO, AFINAL, EM QUALQUER PARTE,
CONTRA A TOSSE:

BENZO-DIACOL